

## **E a Capela de Nossa Senhora das Dores de Cima da Serra de Santo Ignacio?**

**Autor: Paulo Pinheiro Machado Ciaccia**

Conforme o historiador João Carlos Figueiroa, em seu artigo sobre Igrejas Católicas e Protestantes na “A Gazeta de Botucatu” de 09/04/2004, Edição Especial (Vide – Botucatu: História de Uma cidade, 47 anos da “A Gazeta de Botucatu”, Igral – Gráfica e Editora, 2004, pág. 422, Adolpho Dinucci Venditto), “esse é um dos maiores mistérios da história de Botucatu. Da Capela de Nossa Senhora das Dores não se encontrou, até agora, nenhum documento que possa garantir a sua existência”.

Apresentamos a seguir, alguns pontos para a devida consideração:

**1** – Esse mistério teve início com a publicação do Almanak da Província de São Paulo para 1873, pág. 439, em que os autores, Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca, afirmam que a “A Villa de Nossa Senhora das Dôres de Botucatú... Esta povoação foi erecta Freguesia em 1846, com a denominação de Freguesia do Districto de Cima da Serra de Botucatú, e elevada à categoria de Villa em 1855” (Vide Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, 1943, Belém do Pará, pág. 611, Eunice Almeida Pinto Chaves e Achegas para História de Botucatu, 3ª Edição, Edicon, 1985, págs 206, 210 a 212, Hernâni Donato).

A palavra “Villa” no texto significa Município. Os autores então lavraram que Botucatu teria tido sua origem com uma povoação, que erigiu uma capela (ou paróquia), com invocação a Nossa Senhora das Dores.

A seguir, o Governo Provincial publica a Estatística Oficial de 1874 em que aparecem a “Paróquia de Senhora das Dores de Botucatu” e “Paróquia Senhora das Dores do Rio Novo” (vide Azevedo Marques, Tomo II, pág. 184).

A seguir em 1879, é publicada a obra de Manuel Eufrásio de Azevedo Marques (+ 20/02/1878), Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos, Noticiosos da Província de São Paulo, em que o autor afirma em seu verbete sobre Botucatu (Tomo I, pág. 147), que o “paulista Simão Barbosa Franco foi quem deu começo a esta povoação em 1766 por ordem do governador e capitão - general D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão. A sua invocação é da Senhora das Dores”.

Interpretando os textos, podemos entender que essa invocação a Nossa Senhora das Dores –pode se referir a 1766 ou 1840 (Vide item 3).

Quanto à Fundação de Wotucatu (topônimo à época) por Simão Barbosa Franco em 1766, defendida por Azevedo Marques em sua obra já citada de 1879 e defendida por Alfredo Moreira Pinto em seu Dicionário Geográfico (segundo João Nogueira Jaguaribe); defendida por Eugenio Egas, os Municípios Paulistas, publicação oficial, 1925 (não fazendo citação à invocação de Nossa Senhora das Dores e afirmando que existe uma paróquia sob invocação de Sant’Anna); defendida por Eunice Almeida Pinto Chaves, o Município e a Cidade de Botucatu, Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, 1943, Belém, do Pará; defendida No Velho Botucatu,

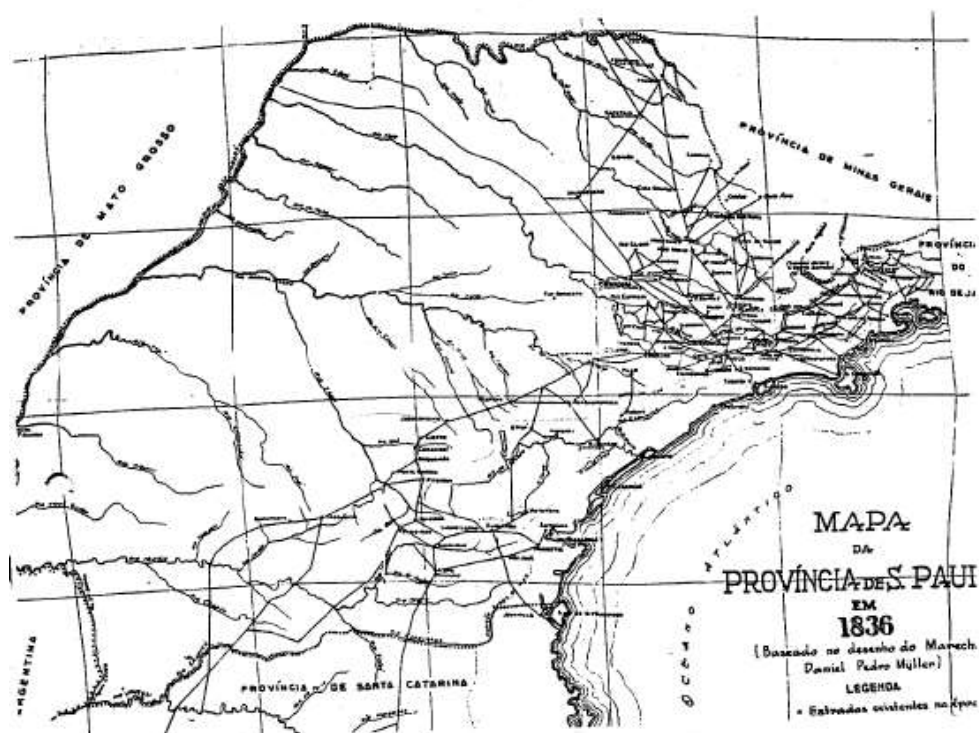
Sebastião Almeida Pinto, 1956 e defendida na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, XXVIII volume, Rio de Janeiro, IBGE, 1957. Essa parte do verbete de Azevedo Marques já foi contestada por João Nogueira Jaguaribe, Correio de Botucatu, 29/07/1916, nº 1082 e 22/09/1922, nº1546; contestada por Aluisio de Almeida, o Estado de São Paulo, 11/11/1951 e contestada por Hernâni Donato, Achegas para a História de Botucatu, 3ª Edição, Edicon, 1985 (pág. 47 a 50).

Se não ocorreu a fundação de Botucatu em 1766, fica aqui descartada a ereção de Capela (ou Paróquia) com invocação à Nª Sra. das Dores, nesse ano.

**2 –** De 1766 a 1840, não temos registro de documento concernente a uma povoação que teria levantado uma capela (ou paróquia) em cima da serra de Santo Ignácio, nem uma única notícia de presença e atuação.

O livro “Ensaio D’Um Quadro Estatístico da Província de São Paulo”, Daniel Pedro Müller, 1838, Coleção Paulística, vol. XI, págs. 61,69,121,247, mostra respectivamente a 4ª Comarca, 18º Termo da Província Itapetininga que é a cabeça do Termo, a tabela no. 1 - de divisão da Província e suas povoações e a Tabela no. 18 - divisão eclesiástica do Bispado com suas Freguesias e Capelas Curadas situadas na Província de São Paulo. Nenhuma referência é feita à Botucatu quanto a Freguesia e Capela Curada instaladas em solo botucatuense.

“No mapa elaborado por Daniel Pedro Müller em 1834, figura, ao pé de uma cordilheira sem nome e todavia reconhecível nas representações atuais da serra, a Fazenda Botucahe. De qualquer forma, também na cartografia a fazenda dos padres jesuítas foi o primeiro elemento botucatuense a aparecer, embora no avançado ano de 1834”. (Achegas, pág. 33,34). Apresentamos um Mapa da Província de São Paulo em 1836, baseado no desenho do Marechal Daniel Pedro Müller, onde está grafado - Fazenda Botucatu (que corresponde a Botucahe – este foi introduzido com erro de grafia). Este mapa nos foi cedido por gentileza do historiador Rubens Janes, de Itatinga.



3 – O primeiro documento referente a história de Botucatu, que hoje dispomos, é o datado de 12/06/1840, já publicado nos livros A História do Capitão José Gomes Pinheiro – Fundador de Botucatu, Olavo Pinheiro Godoy, 2000 e Botucatu Antigamente..., Trajano Carlos de Figueiredo Pupo, 2002.

Esse documento de 12/06/1840, juntamente com outros dois inéditos (não haviam sido transliterados e publicados), datados de 20/03/1843 e 03/05/1843, compõem atualmente os três documentos iniciais de nossa história, arquivados na Mitra Arquidiocesana de São Paulo – Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva, fornecidos pelo Arcebispo Emérito Dom Vicente Marchetti Zioni, em seu trabalho publicado na 1ª Semana Cultural de Botucatu, em 16/11/1991, ref. 105/91, ocorrido no Espaço Cultural Francisco Marins.

4 – Documento pessoal e individual de 12/06/1840 – Felisberto Antonio Machado expõe aos Senhores da Assembléia Legislativa Provincial a situação do povoado, a necessidade espiritual dos moradores, o crescimento constante da população e a urgência de criação, de uma freguesia no local.

12.06.1840

Senhores da Assembléia Legislativa Provincial

Diz Felisberto Antonio Machado, morador de cima da serra de Santo Ignacio, Districto da Villa de Itapetininga, que sendo este lugar bocca de sertão, começado a lavrar há cinco annos n'esta (...) pela fertilidade das

terras para ella tem concorrido muitas pessoas e continuão a concorrer não só d'esta província como da de Minas e já contem setenta e tantos fogos com muito mais de trezentas e quarenta e cinco almas e sendo ai povoações que se achão mais'próximas as villas de Itapetininga e Constituição das quaes dista vinte légoas, com (...) diferença que grande parte d'ellas acha-se (...) partes dos recursos da Igreja, morrendo os fiéis sem o sacramento da penitência e da Extrema Unsão e sendo seus corpos enterrados em lugar não sagrado pela impossibilidade Parocho acudir aos moribundos, e de se transportarem os corpos para os cemitérios mais favoráveis.

O suplicante vem perante V.Ex<sup>a</sup>, requerer sirvão-se exigir as informações que na sua sabedoria julgarem necessárias acerca da veracidade do allegado e bem assim de huma Capella que o suplicante está edificando com o socorro d'outros moradores, no Capão Bonito hum quarto de légua arredado do Campo está colocada no lugar que mais comodidade oferece aos moradores, tanto por sua proximidade como por ser regado pelo Ribeirão denominado Cachoeira que pode ser conduzido ao páteo da Igreja, e já he o mais abrigado dos índios afim de evitar os estragos dos quaes alguns dos moradores tem sido victimas, e demais disto laborar sobre a urgente necessidade que há, de alli criar-se uma Freguesia e por tanto.

(...) Palavras ininteligíveis

P.a V.V.EE<sup>a</sup> sejam  
de fazer na forma requerida

Felisberto Antonio Machado.

5 – Sindicância feita pelo Delegado Suplente José Leonel Ferreira em 20/03/1843, em resposta ao officio de 06/02/1843 do Presidente da Província, Coronel Joaquim José Luis de Sousa (27/01/1843 a 24/11/1843) e sobre o requerimento de Janeiro/1843 de Felisberto Antonio Machado, subscrito por mais de duzentas assinaturas, alegando a necessidade de criar uma Freguesia em cima da Serra de Santo Ignácio (Acheegas, pág 56).

Tenho a honra de responder à Portaria de V. Exa, de seis de Fevereiro próximo passado, em que V.Exa. exige informação sobre o requerimento de Felisberto Antonio Machado, alegando a necessidade de criar uma Freguesia em cima da Serra de Santo Ignacio; depois de fazer as devidas indagações informo a V.Exa. que, com efeito, o lugar em que se acha edificada uma Capela, é próprio para uma Freguesia, visto que contem de mais de setenta fogos, tem muitas boas matas e aguadas, promete muitas vantagens, por ser na embocadura de uma estrada, que parte para Constituição ou para Minas Gerais; é o que posso informar a V.Exa., a quem Deus guarde, como é mister.

Itapetininga, 20 de março de 1843

Ilmo. Exmo. Senhor Coronel  
Joaquim José Luis de Sousa  
Presidente da Província

José Leonel Ferreira  
Delegado Suplente

Francisco José Coelho  
Felisberto Antonio de Oliveira  
Luiz Castanho de Almeida

6 – Em 03/05/1843, o Vigário Colado Francisco de Paula e Medeiros responde o ofício de 12/04/1843 do Presidente da Província Coronel Joaquim José Luis de Sousa e petição de Felisberto Antonio Machado, sobre a pretensão de ser ereta em Freguesia a Capela da Serra de S. Ignacio.

Ilmo e Exmo. Senhor

Recebi o ofício de V. Exa., de 12 de Abril p.p., e sobre, por cópia, da petição de Felisberto Antonio Machado, passo a V.Exa. informar sobre a pretensão de ser ereta em Freguesia a Capela da Serra de S. Ignacio, desta Vila; o que passo a fazer da forma seguinte: Na Serra de S. Ignacio não existe Capela alguma, porém consta-me estar o Suplicante fundando uma, em seu sítio em cima da Serra, três léguas distante dela; ignoro se está em lugar suficiente, apto para Matriz, visto que não foi escolhido para esse fim e nem, segundo penso, obtiveram Licença Ordinária para sua fundação, como determina a Constituição do Bispado, L<sup>o</sup> 2 Tit.16, e mais disposições do direito canônico e Sagrado Concílio Tridentino; sobre o número de

Povos também ignoro, pois nunca se bençoão, apenas alguns fregueses têm procurado por alguns sacramentos, como baptismo e matrimônio; procurei saber do Sub Delegado desta Vila o número de fogos, não me soube informar. É, na verdade, de extrema necessidade formar-se uma Freguesia naquele Bairro, porém, ao meu pensar, não deve ser em tal lugar, mas sim aquém da Serra, no Ribeirão denominado S. Ignacio, onde está muito povoado, e que dista desta Vila dez léguas, cujos habitantes também não podem com prontidão ser socorridos dos Sacramentos; estes moradores nunca poderão subir a Serra para, passar dar obediência àquela Freguesia; portanto, seria necessário, no caso de efetuar-se aquela, formar-se outra neste lugar muito mais povoado e muito fértil de boas matas lavradas; ficando este lugar, por mim mencionado, cinco léguas distante daquele, no mesmo caminho. Até aqui posso informar V. Exa.

Itapetininga, 3 de maio de 1843

Francisco de Paula e Medeiros  
Vigário Collado

**Nota 1** – *Aluisio de Almeida, o Estado de São Paulo, 11/11/1951, nos diz: “No livro de óbitos de Itapetininga, se lê que, 16 de maio de 1843, Isabel de Siqueira Lima, foi sepultada, “a mata de cima da Serra”. Em 16 de julho de 1845 foi enterrado José de Godoi, “em cima da Serra de Santo Inácio”. Era casado com Ana Francisca.*

*Achamos muito importantes estes documentos, por provarem que já se trata de Capela fundada por posseiros ou sitiantes, já dentro ou perto das terras do Capitão José Gomes Pinheiro. Pois a Capela de Santo Inácio no tempo, que aparece antes e continua a aparecer depois do desmembramento de Botucatu, era e continuou a ser de Itapetininga.*

*Em 11 de abril de 1847, há neste assento de óbito em Itapetininga, a simplificação – foi sepultada Felicidade, viúva de José de Ávila Melo, “em Botucatu”. Interpretando: ou não havia ainda o pároco, ou a defunta, freguesia de Itapetininga, foi elevada à outra freguesia por morar mais perto dela, ficando o assentamento onde pelo direito devia ser”.*

*Já no livro Guareí, Nossa Terra, 1976, Aluisio de Almeida, nos diz: “A Fazenda de Santo Inácio tinha a capela, pois em 1843 e 1845, foram sepultados respectivamente João de Godoi e Isabel de Siqueira Lima, viúva de Pedro de Oliveira, e no cemitério da Fazenda de Santo Inácio e da fazenda de cima da serra de Santo Inácio. Em fins de 1847, Felicidade, viúva de José de Ávila Melo, foi enterrada no cemitério de cima da serra de Botucatu. Já era freguesia havia um ano e parece que este último cemitério era o mesmo de Santo Inácio, e em parte da serra de Botucatu, onde nasce este pequeno rio, é a serra também de Santo Inácio. A capela mais próxima de Itapetininga era entre a deste cemitério que chegou a ser freguesia com o nome de Bom*

*Jesus do Ribeirão Grande”.*

Com esses dois depoimentos de Aluísio de Almeida, ficamos agora em dúvida quem foi o primeiro cristão (ou cristã) sepultado (a) em solo urbano botucatuense - João de Godoi ou Isabel de Siqueira Lima (vide Achegas, pág. 54).

Aluísio de Almeida afirma que “no Livro de Tombo desta paróquia (Nota - Itapetininga), não havia cópia do decreto de ereção da Capela das Dores, o qual talvez exista no original na Cúria Metropolitana de São Paulo. Oficialmente ou não, a capela com o jazigo existia pelo menos em 1843”.

**Nota 2** - *“Decreto de ereção da Capela das Dores, a qual talvez exista no original na Cúria Metropolitana de São Paulo”.*

*Solicitamos então à Mitra Arquidiocesana de São Paulo informações a respeito, conforme pedido em anexo (através de fax). Foi feita a busca e não obtivemos resposta positiva.*

À Mitra Arquidiocesana de São Paulo  
Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva  
Av. Nazaré 993 - CEP 04263-100 - Ipiranga - São Paulo  
Fone- Fax - 11 - 272-3612  
Atenção - Sr. Roberto

**1** - Considerando que em 23/12/1843 o Capitão José Gomes Pinheiro fêz fiel doação de terras para o Patrimônio da Capella de Sant’Anna e que fôsse erecta Freguesia de Sant’Anna;

**2** - Considerando que em 19/02/1846, pela Lei No. 283 (lei no. 7 daquele ano legislativo) sancionada pelo Presidente da Província Manuel da Fonseca Lima e Silva, foi criada a Freguesia no Distrito de Cima da Serra de Botucatu, município de Itapetininga;

**3**- Considerando que Freguesia era uma categoria oficial institucionalmente reconhecida a que era elevado um povoado quando nele houvesse uma capela curada ou paróquia na qual pudesse manter um padre à custa destes paroquianos, pagando a ele a cômrua anual;

**4** - Vimos por meio desta, com o objetivo de estudo de nossa rica História Eclesiástica, solicitar a V.S.<sup>a</sup>, consulta e emissão de transcrições dos seguintes documentos, referentes a Cidade de Botucatu:

**4-1**- Cópia do Relatório de Criação do Curato.

**4-2** - Provisão da Criação da Capella de Sant’Anna.

**4-3** - Provisão de Benção do Cemitério.

**4-4** - Outros documentos, no período de 1840 a 1852, referente aos primeiros serviços religiosos prestados em nossa região.

Atenciosamente

Paulo Pinheiro Machado Ciaccia  
Botucatu, 10 de Dezembro de 2001.

Em 25/02/2005, voltamos à carga, e solicitamos à Mitra Arquidiocesana consulta e emissão de transcrições dos seguintes documentos referentes a cidade de Botucatu:

1- Provisão da Criação da Capela de Sant'Anna (provavelmente em 1846 ou 1847).

2- Provisão da Criação da Capela de Nossa Senhora das Dores.

Novamente fomos informados que tais documentos não constam do Arquivo Metropolitano de São Paulo, e que em 1870 ocorreu um incêndio no Prédio da Câmara Eclesiástica.

Entre 14/03/2005 e 23/03/2005, em consulta no Arquivo Nacional no Instrumento de Pesquisa Mesa de Consciência de Ordens, Caixas 286/287, não foram localizados pela Coordenadoria de Atendimento a Distância as provisões de criação da Capella de Nossa Senhora Sant'Anna de Botucatu e Nossa Senhora das Dores de Botucatu.

**Nota 3** - *O Segundo Anuário Eclesiástico da Diocese de Botucatu, á pag. 118, informa que, a Paróquia de Sant'Anna, de Botucatu, foi criada por D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, Bispo de São Paulo (em 1847?). Obter cópia.*

**Nota 4** - *E a Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Botucatu, conforme Estatística Oficial de 1874, citada no Tomo II, pág. 184, na obra Apontamentos da Província de São Paulo, de Manuel Eufrásio de Azevedo Marques?*

7 - Em 23/12/1843, o Capitão José Gomes Pinheiro faz doação de terras ao patrimônio da Capela de Sant'Anna, para que seja ereta freguesia.

8 – “Em Fevereiro de 1844, vem a anistia, reviravolta política (nota - Revolução Liberal de 1842). É nomeado delegado de Itapetininga o filho do Capitão José Gomes Pinheiro, o Dr. Antonio Gomes Pinheiro Machado, futuro pai do General Pinheiro Machado.

Em 4 de Outubro desse ano, êle sugere à Câmara de Itapetininga que trate de novo com o governo acêrca da criação da freguesia em cima da Serra”.

(Aluísio de Almeida, O Estado de São Paulo, 11/11/1951).

Em discurso do Capitão José Gomes Pinheiro em 15/10/1845 (para que a Câmara Itapetiningana solicitasse ao Governo a criação da “Freguesia de Santana, de Cima da Serra”), então Vereador na Câmara Municipal de Itapetininga, afirma que “estão os povos daquele lugar erigindo uma nova capela com a denominação de Sant'Anna - cujos povos tem afluído em maior parte de Minas Gerais e Franca, e já se contam duzentos e tantos fogos”... “gente rude de pouca ou nenhuma obediência às autoridades, e grande parte de criminosos que pendem para este lugar, por não haver aí autoridade suficiente para corrigí-los, e nem ao menos os inspetores têm



força para dar cumprimento às ordens dos magistrados desta vila”...

Alertava o orador ser também necessária a criação da freguesia “para se obstarem aos extravios de animais do comércio que por lá passam, pois a dita capela está na estrada que segue para Minas Gerais”(Acheegas, pág. 57).

Aluísio de Almeida (O Estado de São Paulo, 11/11/1951) faz uma importante observação quanto a esse discurso. Diz - “Nem os documentos eclesiásticos nem os civis, de antes, falavam em Santana. Êste é o primeiro. Não por simples coincidência, a senhora do Capitão José Gomes chamava-se Ana Florisbela Machado. Foi, pois, êle quem mudou a padroeira, que teria sido Nossa Senhora das Dores. Curioso como os documentos anteriores não falam nesta padroeira, que seria a de Joaquim Costa - os posseiros”.

Engano. O primeiro documento que fala em Sant’Anna, é a Escritura de Doação do Capitão José Gomes Pinheiro em 23/12/1843, ao patrimônio da Capela de Sant’Anna, na qual o mesmo cita o “Rincão da Capela”. A afirmação do Capitão José Gomes Pinheiro que "estão os povos daquele lugar erigindo uma nova capela com a denominação de Sant’Anna pode dar dupla interpretação. A capela anterior (provavelmente a de Felisberto Antonio Machado) teria ou não como padroeira Sant’Anna? Aluísio de Almeida, sem prvoa documental, preferiu afirmar que o Capitão mudou a padroeira: de Nossa Senhora das Dores para Sant’Anna. E Hernâni Donato, Acheegas, pág. 53,56 e 57 também reafirma Aluísio de Almeida, essa tese.

Em 20/12/1845, continuava a se fazer a capela de Sant’Anna. “O Capitão José Gomes pede agora, pela Câmara, os bons préstimos da Assembléia Legislativa” (Aluísio de Almeida, jornal citado).

A 20 de Dezembro, talvez comemorando o segundo aniversário da sua doação, o José Gomes Pinheiro volta à carga. Produz outro documento descritivo de Botucatu de então: “... é inegável que aquele território tem propriedade para berço de uma populosa vila, porque a abundância de campos, além de outros que se poderão descobrir, boas matas de cultura, fertilizadas de vertentes colocadas entre dois poderosos rios, Paranapanema e Tietê, clima salubre e abundância de peixe e caça, a cana, café, fumo e algodão têm aí franca vegetação, além do terreno que vai findar nas margens do Paraná”(...) “Onde faz barra o rio Pardo no Paranapanema há um extenso terreno coberto de matas de cultura muito boas, e apropriado o lugar para edificar-se uma colonia estrangeira, lugar salubre...”(Acheegas, pág. 57).

**9** - Em 1846 o Capitão José Gomes Pinheiro e sua mulher Anna Florisbela Machado de Oliveira e Vasconcellos movem uma ação de Manutenção contra Manoel José Martins Ferreira, Francisco Ferreira de Aguiar e João Vieira Paraíso, assunto tratado no ítem D3 deste livro.

**10** -Aluísio de Almeida, jornal citado, nos diz - “Em 1847, criada a freguesia (Nota - Lei no. 283 de 19/02/1846 - Lei no. 7 de 1846), ainda não havia autoridades novas nem destacamento de linha. Compreende-se que o povoador (Nota - Capitão José Gomes Pinheiro) não se sentia muito à vontade com seus vizinhos e preferisse a fazenda entre Campo Largo e

Itapetininga, onde faleceu.

E então vem o Capitão Tito Corrêa de Mello e, nesse ano (Nota - 1847) cheio de fatos para Botucatu, torna-se genro do Capitão José Gomes, e atrai povoadores, principalmente seus patrícios sul mineiros (Nota – O Capitão Tito Correa de Mello nasceu em São Paulo – vide Botucatu Antigamente... 2002, pág. 252).

Criada a freguesia de Botucatu, não se instalou imediatamente. O padre Francisco de Paula Medeiros, vigário de Itapetininga, continuou a freqüentar a capela, como de antes matriz não provida, e levou os assentamentos para o seu arquivo Itapetiningano.

Ainda em 1849 dois anos depois da lei de criação da paróquia começou o seu arquivo próprio, é verdade, porém o vigário Medeiros de Itapetininga, é que assina os primeiros termos de batizados - uma série deles, que deixou sem assinar, o que prova que ele se não foi a Botucatu, mandou um colega à sua ordem, como é de direito.

Houve, de 26 de Junho de 1849 (Nota - ou 26/06/1848 - 1º Anuário Eclesiástico da Diocese de Botucatu - 1941 e Almanack de 1920) data do primeiro batizado e que talvez seja a mais próxima da instalação da paróquia, até 28 de Julho seguinte, nada menos de 46 batizados, o que mostra como era povoada a nova freguesia.

De 28 de julho de 1849 a 28 de maio de 1850, reside em Botucatu o seu primeiro vigário, o sorocabano Joaquim Gonçalves Pacheco. Daí em diante, é pró-pároco o itapetiningano Jesuíso Ferreira Prestes.

No primeiro livro de óbitos falta uma página, mas como é de Julho de 1859 o primeiro assentamento existente, vê-se que a página inexistente não poderia conter dez anos de óbitos. - o documento com as duas - aos dezessete dias do mês de Julho de mil oitocentos e cinquenta e nove foi sepultada no cemitério, Mariana, solteira de idade 21 anos digo 26 de Julho, filha de Manoel Bento Sabino e Cândida Maria do Espírito Santo, faleceu de pleuriz e não alcançou sacramentos, seu corpo foi envolto em hábito preto, teve missa de corpo presente do 3º dia.

“O vigário, Salvador Ribeiro dos Santos Mello”. Entre parentesis corpo presente não tem significação senão simbólica, neste caso. Aliás o cemitério devia ser ao lado da capela, onde hoje é a praça Rafael de Moura Campos.

Devemos êstes últimos informes à gentileza do atual secretário do Bispado de Botucatu padre Silvio Maria Dario e, em conjunto com as pesquisas anteriores, destinam-se a uma segunda edição em 1951 do livro “Dom Lúcio”. Se Deus nos der vida e dinheiro, porque um livro custa de 100 a 200 cruzeiros a página, mesmo que em branco, para enfeite ou com três linhas cada uma.

O “Almanak da Província de São Paulo” de 1873, traz os moradores de Lençóis (desmembrado de Botucatu em 1865, entre os quais o cap. José Teodoro Pereira, que parece o José Teodoro, político contrário ao capitão José Gomes Pinheiro. Voltas ao mundo! Em 1843, era um dos pobres sertanistas, “um José Teodoro” e sua qualidade era a valentia, mas para isso bastava, morar no sertão. Trinta anos depois, tão capitão como o seu contrário político, isto é, o Pinheiro era das Ordenanças, vinha desde D.João

VI e o Pereira, da Biosa. \_\_\_\_\_ isto ví com meus olhos numa festa de bairro, em Quarei, um valente tira um preso que os policiais \_\_\_\_\_.

Por isso não deixo de gostar um pouco do cap. José Teodoro.

Aqui de perto da capital de Santa Branca, foram povoadores para o sertão de Botucatu por exemplo Manoel Carlos de Arantes, que figura no almanaque de 1873 e Manoel José Ferreira alferes da Biosa e autoridade judiciária naquele ano, em Espírito Santo da Fortaleza, município depois, continuado por Bauru sem nova criação ou lei especial, caso único. Este Ferreira foi avô do atual vigário de Avaré, padre Celso Ferreira”.

**Nota:** Tudo indica que a referência que Aluisio de Almeida faz a Nossa Senhora das Dores no item 8, foi baseado no Almanak da Província de São Paulo para 1873, onde os autores afirmam que: “A Villa de Nossa Senhora das Dores de Botucatu...”; nos artigos de João Nogueira Jaguaribe e no trabalho de Eunice Almeida Pinto Chaves (obra citada).

**11** - Conforme o Primeiro Anuário Eclesiástico da Diocese de Botucatu, 1941, à pág. 103, temos: “Tendo-se tornado insuficiente a primeira igreja, levantou-se outra, em ponto distante da primeira, na qual, em junho de 1848, realizou-se o primeiro batizado. Demolida por defeitos de construção, foi logo reconstruída e ampliada em 1859” (Achegas, pág 74).

**12** - Conforme o Segundo Anuário Eclesiástico da Diocese de Botucatu, 1945, Editora “Ave Maria”, Ltda, São Paulo, pág. 118, “A Paróquia de Sant’Anna de Botucatu, foi criada por D.Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, Bispo de São Paulo”, e conforme Aluísio de Almeida (o Estado de São Paulo, 11/11/1951) em 1847, ano da Lei de Criação da Paróquia.

**13** - Em 16/03/1854, Felisberto Antonio Machado e sua mulher Faustina Maria da Conceição fazem doação de uma sorte de terras a Nossa Senhora de Sant’Anna, padroeira desta freguesia (vide E53 deste livro).

**14** - Em 16/12/1859; 28/02/1860; 17/04/1860; 10/10/1860, a Câmara Municipal afirma que não existe título de doação dos herdeiros de Joaquim da Costa e Abreu, ao patrimônio de Nossa Senhora de Sant’Anna (vide item C9 deste livro).

**15** - Em consultas realizada nos 2500 documentos de 1852 a 1899 resgatados no Arquivo do Estado de São Paulo, e hoje disponíveis no Centro Cultural de Botucatu, Convivium Espaço Cultural Francisco Marins, Unifac, Biblioteca Municipal Emílio Peduti, Prefeitura e Câmara Municipal, pudemos observar que Nossa Senhora das Dores aparece como referência em somente um documento: caixa 39, pasta I, documento 48A no CD (ou volume I, pág. 225 no material diagramado).

É a consulta sobre 5 itens que o Vigário Encomendado Salvador Ribeiro dos Santos Mello em 23/04/1858 faz ao Presidente da Província Dr. José

Joaquim Fernandes Torres (vide documentos 48 e 48B ou págs. 224 e 226 a 229 no material diagramado):

“Quinto - se Va. Exa. aprova compromissos de Irmandade porque tenciono levantar das do Sacramento e Dores”.

Em resposta, o Presidente da Província, após consulta ao Procurador Fiscal Provincial Costa Cabral, responde em 26/05/1858.

“Sobre o 5º respondo que, na forma da lei provincial no. 5 de 1840, compete ao Prelado a aprovação dos estatutos, e compromissos das Irmandades, e ao Exmo. Governo da Província a sua confirmação”.

Em 21/02/1866 o vigário Salvador Ribeiro dos Santos Mello deixa a paróquia de Sant’Anna e tudo ficou somente na intenção de se levantar a Irmandade das Dores. Seus sucessores foram os padres:

Bento Pereira Rego – 01/03/1866 a 12/08/1866.

Antonio Lourenço Cardoso – 13/08/1866 a 22/09/1866.

Francisco José de Miranda – 03/01/1867 a 1873 (vide Almanak de 1873 e Almanack de 1920).

? (não temos registro)

Francisco Cândido Correia – 15/02/1874 a 14/11/1874.

Em 01/12/1867 foi criada a Junta Administrativa para administrar os bens da Capela de Nossa Senhora das Dores, pelo vigário de Botucatu (Um pouco da História de Avaré outrora Rio Novo, João Baptista do Amaral Pires - Jango, pág. 20).

Foi criada a Irmandade de Nossa Senhora das Dores do Rio Novo e organizada definitivamente em 25/02/1872. Assim ficou dissolvida a Junta Administrativa criada em 1867 (Jango, pág. 23).

**16** - Em 03/03/1870 ocorrem doações para o patrimônio de Sant’Anna, através do sócio-representante Domingos Soares de Barros (Achegas, pág. 205).

**17** - Em 15/07/1873, caixa 40, pasta 3, documento 34A; 09/10/1873, caixa 40, pasta 3, documento 44A e 23/12/1874, caixa 40, pasta 3, documento 73A (respectivamente no volume 8, págs. 77; 104, 107; 184; 185; 186, no material diagramado), aparece uma discussão no processo para aprovação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, mostrando o rigor que o Prelado e o Governo tinham na aprovação e confirmação das Irmandades e Capelas.

**18** - Para a elaboração do Almanak da Província de São Paulo para 1873 (Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca); Estatística Oficial de 1874 (apresentada na obra de Azevedo Marques) e obra de Manuel Eufrásio de Azevedo Marques (Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos, Noticiosos da Província de São Paulo - publicado em 1879), os autores basearam-se também em documentos emitidos pela Câmara Municipal de Botucatu, que eram remetidos aos Presidentes da Província.

**19** - No documento de 07/04/1869, caixa 40, pasta 2, documento 38/38A (volume 7, págs. 74 a 77 do material diagramado), a Câmara Municipal de Botucatu envia ao Presidente da Província, Barão de Itaúna, informações a respeito de Botucatu, entre elas:

- As ruas que existem nesta vila são três: Riachuelo, Curuzu e Calvário.
- As praças são duas: a da Matriz e Largo da Cadeia.
- Estradas são 3 – Itapetininga, Tatuí e Constituição.
- As igrejas são duas: a da Matriz e a de Santa Cruz.
- Capelas existem duas: a de Nossa Senhora das Dores no Rio Novo, e a de São Roque nas margens do Rio do Peixe.
- Freguesias, existe uma: a de Nossa Senhora da Piedade, nas margens do Rio Bonito.

Câmara Municipal – João Baptista da Cunha Caldeira  
João Francisco de Freitas  
Antonio Joaquim de Andrade  
João Vieira Paraíso  
Manoel Carlos Arantes

**Nota 1** - *A praça é a da Matriz e a Igreja é a da Matriz. Pelo menos, neste documento não foi informado que a Matriz tinha invocação a Sant'Anna.*

**Nota 2** - *A igreja de Santa Cruz estava localizada no Largo da Cadeia.*

**Nota 3** - *Nesta época, 07/04/1869, a Capela de Nossa Senhora das Dores do Rio Novo, pertencia à Vila (Município) de Botucatu, e estava localizada no povoado que iria constituir a freguesia do Rio Novo e a atual Avaré.*

**Nota 4** - *A Freguesia de Nossa Senhora da Piedade estava às margens do Rio Bonito, antigo povoado de Samambaia, e atual Bofete.*

A Lei no. 6 de 28/02/1866 cria a freguesia, com a denominação de Rio Bonito, na Vila (Município) de Botucatu.

A Lei no. 32 de 24/03/1871 transfere a freguesia do Rio Bonito para o município de Tatuí.

**Nota 5** - *A Capela de São Roque às margens do Rio do Peixe pertencia a Freguesia do Rio Bonito (atual Bofete)- vide 2º Anuário Eclesiástico da Diocese de Botucatu.*

**Nota 6** – *No documento de 07/04/1869 da Câmara Municipal não foi citada a Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios da Ponte do Tietê (atual Anhembí) como pertencente ao município de Botucatu, pois a essa época pertencia ao Município da Constituição (atual Piracicaba). Pela lei nº 38 de 09/07/1869 a Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios da Ponte do Tietê é transferida para o município de Botucatu.*

**20** - Em 07/04/1870, a Lei no. 63 da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo (caixa 40, pasta 2, documento 76 ou volume 7, págs. 182 e 183 do material diagramado), relata:

Artigo 1º - Fica elevada à categoria de freguesia a Capela do Rio Novo, pertencente ao Município de Botucatu.

Artigo 2º - As divisas desta Freguesia começarão da Barra de Santo Ignacio no Paranapanema, por aquele acima à Barra do Tamanduá, daí acima até à cabeceira que estiver mais próxima à cabeceira do Rio Novo, descendo este até o Valo Velho, e daí acima até as Pedras, e daí abaixo até o Rio Pardo, e por este abaixo até as Três-Pontes, e por ele acima até às águas dos Barreiros, subindo este até suas cabeceiras, e deste ponto cortará a rumo, procurando a cabeceira da água da Posse, e por ela abaixo, até a água do Palmital seguindo por ela abaixo até as águas dos Bugres, e por ela acima até suas cabeceiras e daí cortará a rumo direito à outra água que está em frente por ela abaixo até o Rio Novo, e pelo Rio Novo abaixo até água que está em frente, por ela abaixo até o Rio Novo, e pelo Rio Novo abaixo até água da Vareta, por ela acima até suas cabeceiras, e daí cortará a rumo direito atravessando água dos Três Ranchos, procurando as cabeceiras da água do Virado, por ela abaixo até o Paranapanema, e pelo Paranapanema acima até à Barra de Santo Ignacio; revogadas as disposições em contrário.

E não a tendo o Presidente da Província sancionado nem recusado a sanção dentro de dez dias como era obrigado pelo artigo 19 do Ato Adicional da Constituição do Império, a mesma Assembléia manda a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e a execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contem. O Primeiro Secretário desta Assembléia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Paço da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo aos sete dias do mês de Abril de mil oitocentos e setenta. João Mendes de Almeida – Presidente.

Carta de Lei pela qual o Presidente da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, manda publicar o Decreto da mesma Assembléia elevando à Freguesia a Capela do Rio Novo no Município de Botucatu, como acima se declara. Luiz Pinto Homem de Menezes a fez. Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo aos 7 dias do mês de Abril de 1870.

O Diretor Paulo Delfino da Fonseca

**Nota** – Era Presidente da Província o Dr. Antônio Cândido da Rocha (30/07/1869 a 27/10/1870).

*Interpretando geograficamente - o patrimônio da Capela do Rio Novo passou a pertencer à Freguesia do Rio Novo (atual Avaré) que pertencia à Vila (Município) de Botucatu.*

*Era Diretor da Assembléia Legislativa Provincial, Paulo Delfino da Fonseca,*

*e a referida Lei no. 63 tem a sua assinatura, e o mesmo é um dos autores do Almanak da Província de São Paulo para 1873.*

**21** - Percebe-se na Lei no. 63 de 07/04/1870 que a Capela de Nossa Senhora das Dores do Rio Novo, antiga Capela do Major (Major Vitoriano de Sousa Rocha), onde tinha um povoado, origem da atual Avaré, teve o “Nossa Senhora das Dores” suprimido, em relação ao documento de 07/04/1869, pois não estava canonicamente instalada, o que ocorreu em 09/08/1870.

No livro História de Avaré, Flora e Paschoal Bocci, pág. 16, afirmam que foi levantada uma Santa Cruz e que em 1861 foi levantada a Capela de pau-a-pique, dando origem ao lugarejo com a denominação de Capela do Major. Em 10/07/1861 o vigário de Botucatu rezou a 1ª missa. Chamava-se Joaquim Gonçalves Pacheco, natural de Sorocaba. Nessa época, o arraial era conhecido como Capela do Major.

Já no livro Um pouco da História de Avaré, Outrora Rio Novo, João Baptista do Amaral Pires (Jango), pág. 16, afirma que foi levantada uma Santa Cruz em 1862 e a Capela do Major foi levantada em 1864.

Convém lembrar que o vigário de Botucatu, em 1861, era Salvador Ribeiro dos Santos Mello e o vigário Joaquim Gonçalves Pacheco à essa época estava em Itapetininga ou Sorocaba.

Os fundadores Major Vitoriano de Souza Rocha, Domiciano José de Santana (Bocci, pág. 16) e outros (Jango, pág. 17), doaram para o patrimônio do arraial (patrimônio da Capela de Nossa Senhora das Dores do Rio Novo), cinquenta alqueires de terreno ou vinte e sete hectares, por escrituras de 15/05/1862 e 09/01/1869, lavradas nas notas do Tabelião Francisco Antonio de Castro, em Botucatu.

Em 10/01/1866 foi criado o Distrito Policial de Nossa Senhora das Dores do Rio Novo (Jango, pág. 19).

Em 1867, o bairro do Rio Novo foi elevado à categoria de Distrito Policial, marcando-se as respectivas divisas (Bocci, pág. 16).

Em 01/12/1867 foi criada a Junta Administrativa para administrar os bens da Capela de Nossa Senhora das Dores, pelo vigário de Botucatu (Um pouco da História de Avaré Outrora Rio Novo, João Baptista do Amaral Pires - Jango, pág. 20).

A Lei Provincial no. 63, de 07/04/1870, elevou o Distrito Policial à Freguesia (Jango, pág. 21) e (Bocci, pág. 17).

A categoria de Nossa Senhora das Dores foi canonicamente instalada em 09/08/1870 pelo reverendo Padre Antonio Mainieri, seu primeiro vigário (Bocci, pág. 17) e criada a paróquia de Nossa Senhora das Dores do Rio Novo, pelo Senhor Bispo de São Paulo (sede vacante), respondendo pelo Bispado o Monsenhor Joaquim Gonçalves de Andrade. Em 21/08/1870 foi a recepção festiva com a chegada do primeiro vigário da paróquia recém-criada, o Revmo. Padre Antonio Mainieri (Jango, pág. 22).

Já o 2º Anuário Eclesiástico da Diocese de Botucatu diz que a Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Avaré, foi criada em 07/04/1870, por D. Lino Deodato de Camargo, Bispo de São Paulo.

Foi criada a Irmandade de Nossa Senhora das Dores do Rio Novo e

organizada definitivamente em 25/02/1872. Assim ficou dissolvida a Junta Administrativa criada em 1867 (Jango pág. 23).

Pela Lei no. 15 de 07/07/1875, a Freguesia do Rio Novo é elevada à categoria de Vila (Bocci, pág. 17).

A Câmara Eclesiástica é criada por provisão de 01/08/1876 (Bocci, pág. 17).

Novas revelações sobre a História de Itatinga e Avaré são mostradas nos livros: Presépio da Serra, de José Leandro Franzolin, São Paulo, Editora Arcádia, 1999 e História de Avaré, trabalho realizado pelo Professor José Leandro Franzolin, Setembro, 2004 (Vide item 75).

**22** - Relação das povoações da Província de São Paulo, com sua população, calculada segundo o número de eleitores e dos fogos de cada uma por Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, apurada em 1870 (ou 1872) (vide quadro no item 30).

**23** - População escrava por Municípios, apurada de acôrdo com a lei no. 2040 de 28/09/1871 (vide quadro no item 30).

**24** - Almanak da Província de São Paulo para 1873 - Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Temos as seguintes informações, dentre outras (págs. 438 à 444):

Comarca de Botucatu (1ª Entrância)

Cabeça de Comarca a Villa de Botucatú. Abrange os Têrmos de Botucatú e Lençóes.

Têrmo de Botucatú - 1º Districto - Paróchia de Botucatú

2º Districto - Parochia de Nossa Senhora dos Remédios (Nota - da Ponte do Rio Tietê - Atual Anhembi).

3º Districto - Parochia do Rio - Novo (Nota - atual Avaré).

#### MUNICÍPIO DE BOTUCATÚ

A Villa de Nossa Senhora das Dôres de Botucatú está situada a 45 léguas ou 250 Kilometros da Capital; a 10 léguas ou 55, 5 Kilometros de Lençóes; a 30 léguas ou 166,6 Kilometros de Sorocaba; a 15 léguas ou 83,3 Kilometros da Constituição; a 7 léguas ou 38,8 Kilometros de Nossa Senhora dos Remedios do Tietê.

Esta povoação foi erecta Freguezia em 1846, com a denominação de Freguezia do districto de Cima da Serra de Botucatú, e elevada à categoria de Villa em 1855.

A grande fertilidade dos terrenos desta Comarca fez com que muitos immigrantes affluissem para ella e fixassem residência, desenvolvendo-se rapidamente a Villa de Botucatú no centro. Os primeiros povoadores, que descortinárão as matas, por via de regra, aventureiros, criminosos e desertores de qualquer obrigação, vendêrão as posses aos que vierão depois, menos compromettidos, e continuarão para nordeste na conquista de terras, levando de vencida os índios que encontravão.

A fama da fertilidade de Botucatú attrahiu novos immigrantes,



principalmente da Provincia de Minas, os quaes, achando occupados os terrenos proximos à Villa, caminharão para diante, comprando as novas posses estabelecidas pelos aventureiros. Deste modo rapidamente povoou-se o paiz; achando-se, porém, os seus habitantes extremamente disseminados, dominando a uns o infundado desejo de possuir grande extensão de terreno, e a outros o medo da justiça.

Do Município de Botucatú exporta-se algodão, toucinho, queijos, gado vaccum e suino, e em maior quantidade o café, regulando a exportação destes productos, termo-médio: café, 35.000 arrobas; algodão, 15.000 arrobas; gado vaccum, 2.000 cabeças; porcos, 20.000; queijos, 100.000.

Calcula-se a plantação do café em cerca de 1.200.000 pés, sendo 800.000 pés já formados e produzindo.

A importação de fazendas para o Município no anno de 1872 orçou em 200:000\$000.

Vigário da Vara e da Igreja - Padre Francisco José de Miranda (Nota - de 03/01/1867 à 1873, sendo substituído pelo Padre Francisco Cândido Correia de 15/02/1874 à 14/11/1874 - Vide Achegas pág. 67 e Almanak de Botucatu, 1920, pág. 26).

Igrejas:

Matriz, sob a invocação de Sant'Anna.

Nossa Senhora do Rosario (em construção).

Capella de Santa Cruz.

#### **FREGUESIA DO RIO NOVO**

(Nota - Atual Avaré) pertence ao Município de Botucatú. Foi erecta Freguesia a 7 de abril de 1870.

Igreja - Matriz, sob a invocação de Nossa Senhora das Dôres.

Irmandade - de Nossa Senhora das Dôres.

Vigario - Padre Antonio Mainieri.

Sacristão - Joaquim Paes de Almeida.

Fabriqueiro - Manoel Marcellino de Souza Franco.

#### **FREGUEZIA DE NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS**

A Freguezia de Nossa Senhora dos Remedios da Ponte do Tietê pertence ao Município de Botucatú. Foi erecta Freguezia a 20 de Fevereiro de 1866. Dista 52 leguas ou 208,8 Kilometros da Capital; 7 leguas ou 38,8 Kilometros de Botucatú; 5 leguas ou 27,7 de Lençóes; 9 leguas ou 50 Kilometros da Constituição.

Dentro da Freguezia existem 76 casas habitadas e 336 moradores, e no seu districto ha mais de 2.000 habitantes. VIGARIO: Padre Francisco de Urso.

#### **FREGUEZIA DO RIO-BONITO**

A Freguezia do Rio-Bonito pertence ao Municipio de Botucatú. Foi erecta Freguezia em 28 de Fevereiro de 1866. Dista 52 leguas ou 288,8 Kilometros da Capital; 7 leguas ou 38,8 Kilometros de Botucatú; 5 leguas ou 27,7 Kilometros de Lençóes. VIGARIO: Padre Decio Chefalo.

**Nota:** O Almanak da Província de São Paulo para 1873 coloca a Freguesia do Rio Bonito (atual Bofete) como pertencente ao Município de Botucatu, mas pela Lei no. 32 de 24/03/1871, passou a pertencer ao Município de Tatui, o que mostra desatualização de dados ou a pesquisa foi feita anteriormente a essa data. A Estatística Oficial de 1874, que mostraremos a seguir, também incorreu nesse êrro.

**25** - Estatística Oficial de 1874 (parte apresentada por Azevedo Marques , Tomo II, 1879, pág. 184) e Dr. Joaquim Floriano de Godoy na Província de São Paulo - Trabalho Estatístico, Histórico e Noticioso, 1875, pág. 45 - vide quadro no ítem 30.

Apresentamos as considerações do Dr. Joaquim Floriano de Godoy quanto ao conteúdo do recenseamento oficial:

“O recenseamento official da população da provincia de São Paulo já está publicado; contém, porém, elle taes inexactidões que tornam-se necessarios outros trabalhos para calcular-se, ainda que approximadamente, a verdade. Neste intuito sugeitamos à consideração do leitor dous estudos, sendo um do erudito e consciencioso paulista Azevedo Marques, apurado em 1872, e outro de nossa propria lavra concluido em dezembro de 1874, havendo neste um accrécimo de 9 1/2% mais ou menos. Estes trabalhos tiveram por base as qualificações e fogos. Bem sabemos que semelhantes fontes não têm a exactidão mathematica, porém são as melhores que possuimos, quando aproveitadas com as devidas cautellas. Pelo ultimo estudo vê-se que a população de S. Paulo sóbe a 1,011,470 habitantes.

Este Algarismo não é exagerado, visto como só na classe escrava, que, pelo arrolamento da lei no. 2.094 de 28 de Setembro de 1871 (Nota - Lei nº 2040), existiam 162,316 está elevada hoje a 171,619. Restam, pois 86,390 habitantes, para toda a provincia, o que seguramente aos olhos dos entendidos neste difficil matéria não parecerá demasiado.

Muitas causas concorreram para a imperfeição da estatistica official, notando-se entre ellas, a falta de cuidado investigador da maxima parte dos agentes recenseadores, a conducta reprehensível de grande numero de chefes de familias das zonas agricolas que, sob os futeis temores de lei do recrutamento para o exercito, e de outros serviços publicos, negaram-se a dar as listas respectivas, conforme as exigencias de tão melindroso trabalho.

Em uma provincia como a de S. Paulo, onde o progresso encarado sob suas multiplicadas faces é rapido e sensivel, não admira que sua população vá sempre em escala ascendente, já dos seus elementos fixos, já pela grande immigração que lhe vem das provincias circumvizinhas”.

**26** - Mapa da população da província de São Paulo, distribuída por suas comarcas e respectivas povoações, organizada pelo Dr. Joaquim Floriano de

Godoy em Dezembro/1874. Trabalho Estatístico, Histórico e Noticioso, pág. 45, 1875 (vide quadro no item 30).

**27** - 16/06/1876 - Ratificação da doação de Francisco de Assis Nogueira ao Patrimônio de Sant'Anna (Achegas, pág. 64).

**28** - Provisões de 22/03/1878 - conforme Achegas, pág. 67, no Anuário da Cúria Diocesana figuram, ambas com a data de 22/03/1878, duas provisões do Bispo Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, nomeando o padre Paschoal Blotta, uma para Vigário Encomendado, outra, para Vigário da Câmara Eclesiástica de Botucatu.

Na representação do subdelegado Cruz Pereira contra o vigário padre Joaquim Gonçalves Pacheco, está claramente escrito que “temos outro Sacerdote, para nos ministrar os Sacramentos”. Dois padres na mesma paróquia (um deles é o Padre Joaquim Gonçalves Pacheco). Isto, já em 4 de abril de 1850 (vide Achegas, Nota 3, págs. 68 à 70). Poderiam estar se referindo ao Padre Francisco de Paula e Medeiros, de Itapetininga, anterior ao Padre Joaquim Gonçalves Pacheco.

Tais nomes e fatos permitem a ilação de Hernâni Donato, aceita pelo arcebispo e historiador, Dom Vicente Marchetti Zioni, de que Botucatu, desde o início, teve duas igrejas: a matriz de Sant'Anna e a paróquia de Nossa Senhora das Dores. Assunto esse a ser pesquisado, segundo Hernâni Donato.

Pelo documento de 07/04/1869 (vide item 19) as igrejas eram: a da Matriz e a de Santa Cruz. As capelas eram: a de Nossa Senhora das Dores no Rio Novo e a de São Roque nas margens do Rio do Peixe.

Pelo Almanak da Província de São Paulo para 1873 havia a Matriz sob a invocação de Sant'Anna, Nossa Senhora do Rosário (em construção) e a Capela de Santa Cruz.

Em 1879, Azevedo Marques, Tomo I, pág. 147 afirma que “além da Igreja Matriz, possui a Capela de Santo Antonio”. Esta capela provavelmente localizava-se no Bairro de Santo Antonio de Sorocaba (vide Segundo Anuário Eclesiástico da Diocese de Botucatu).

A seguir apresentamos as provisões citadas, as quais não mencionam o local de destino do Padre Paschoal Blotta como Vigário Encomendado:

Mitra Arquidiocesana de São Paulo  
Arquivo Metropolitano  
Dom Duarte Leopoldo e Silva

Certifico que revendo neste Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva da Arquidiocese de São Paulo no Livro de Registros de Provisões (1875 - 1878), arquivado na Estante 01, Prateleira 02, Livro 31, Folha 320v., localizamos e transcrevemos os seguintes termos:

<< Mês de Março de 1878.

22 Da de Vigro. Encomendado de Botucatu, a favor do Rdo. Pascoal Blotta, pr um anno.

// Da. de Vigro. da Vara da mma. Comarca e pr. igual praso, a favor do mesmo>>.

NADA MAIS, continham os sobreditos assentos aos quais fielmente me reporto e dou fé.

São Paulo, 17 de abril de 2001.

---

Jair Mongelli Junior  
Chefe do Arquivo Metropolitano

Eram padres no Rio Novo:

Padre Antonio Mainieri - de 21/08/1870 a 1875 (Jango, pág. 22).

21/08/1870 a 06/02/1875 (José Pires Carvalho, pág. 25).

Padre Francisco Cândido Correia – de 1875 a 1879 (Jango pág. 26 e 29).

07/02/1875 a 20/10/1878 ( José Pires Carvalho, pág. 26)

Na caixa 40, Pasta 4, Documento 21C ou Volume 9, pág. 72 do material diagramado, temos registro do Padre Francisco Cândido Correia, como Vigário da Vara e da Igreja em 25/11/1876, em Rio Novo.

Eram padres em Botucatu:

Padre Francisco José de Miranda – 03/01/1867 a 1873.

Padre Francisco Cândido Correia – 15/02/1874 a 14/11/1874.

Padre Bernardo C. de Araújo – 15/11/1874 a 13/03/1875.

Padre Paschoal Blotta - 14/03/1875 a 1881

(Almanak de Botucatu, 1920, pág. 26 e Acheegas, pág. 67).

#### Conclusão - diante do exposto, teríamos duas hipóteses:

1 - O padre Paschoal Blotta poderia ter sido nomeado Vigário da Câmara Eclesiástica e Vigário Encomendado para a Matriz de Sant'Anna de Botucatu, acumulando cargos.

2 - Vigário Encomendado para a Capela de Santa Cruz, Capela do Rosário ou Capela de Santo Antonio.

**Nota** – Na caixa 40, Pasta 4, Documento 58 no CD ou Volume 9, pág 153 no material diagramado, temos registro de missa na Capela do Rosário em 13/07/1879.

**29** - Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos, Noticiosos da Província de São Paulo, Azevedo Marques, 1879.

Esta obra foi lançada em 1879, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por instigação de Dom Pedro II.

Em 1872, Azevedo Marques fez seu prefácio ao leitor e submeteu sua obra à apreciação do:

Diário de São Paulo – 06/04/1873

Clementino Falcão de Sousa Filho – 04/04/1873

José Bonifácio de Andrada e Silva ———

Francisco Justino Gonçalves de Andrade – 08/04/1873

Olegário Herculano de Aquino e Castro – 15/12/1874

“Com o maior escrúpulo assentou as menções das fontes documentadoras de seus verbetes. Avisa, aliás, que se valeu ainda de muitos artigos, memórias e informações inéditas, prestadas por diversas pessoas dignas de crédito...

...Assim e por diversas vezes foi por estas induzido em erro e mesmo a graves erros. Muitas dos seus verbetes inserem erros que foram esclarecidos pelo desvendamento de documentação.

De 1872 a Maio de 1877 ainda estava a trabalhar na obra, como se depreende da Cronologia a ela anexa. A 20 de Fevereiro de 1878 Azevedo Marques falecia”. (vide prefácio de Afonso de E. Taunay).

Aqui fica uma questão: quem primeiro teria levantado a “invocação a Nossa Senhora das Dores”? e como teria conseguido a informação?

Azevedo Marques em 1872, Paulo Delfino da Fonseca e Luné em 1873 ou Estatística Oficial publicada em 1874?

E que influência um trabalho teve sobre os demais?

Lembramos que tais obras tiveram anos de não interrompido trabalho.

Como Joaquim Floriano de Godoy em 1875 não teve acesso às listas respectivas da Estatística Oficial de 1874 (vide item 25), abre-se um campo de pesquisa em tais listas (se existirem) e na obra de Azevedo Marques submetida à apreciação em 1873 (e não a publicada em 1879).

Apresentamos a seguir os verbetes elaborados por Azevedo Marques, referentes ao Termo de Botucatu:

**BOTUCATÚ** - (Botucatu) - Significa lugar de bom tempo.

(Fr. Francisco dos Prazeres, Glossário).

**BOTUCATÚ** - (Botucatu) - Povoação situada a ONO. da capital em território outrora pertencente ao município da cidade de Itapetininga.

Foi criada freguesia por lei provincial de 19 de fevereiro de 1846, elevada à vila pela de 14 de abril de 1855, e à cidade por lei n. 18 de 16 de março de 1876.

O paulista Simão Barbosa Franco foi quem deu começo a esta povoação em 1766 por ordem do governador e capitão-general D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão. A sua invocação é da Senhora das Dores.

Dista da capital 48 léguas ou 266,6 quilômetros, e das povoações limítrofes, a saber: de Itapetininga, 18 léguas ou 100 quilômetros; de Lençóis, 10 léguas ou 55,5 quilômetros; da Constituição, 16 léguas ou 88,8 quilômetros; da cidade do Tietê, 7 léguas ou 38,8 quilômetros.

Suas divisas com os municípios limítrofes foram estabelecidas por leis provinciais de 14 de abril de 1855, 5 de março de 1857, 9 de abril de 1859, 20 de abril de 1864, 18 de abril de 1865, 20 de fevereiro de 1866, 19 de julho de 1867, 3 de abril de 1873 e 30 de março de 1874.

Além da igreja matriz, possui a capela de Santo Antônio.

É a cabeça de comarca.

Lavoura de algodão e cereais.

População 6.693 almas, sendo 847 escravos.

Eleitores em 1876, 16.

Fogos, 226.

Tem duas escolas primárias para ambos os sexos.

As rendas públicas, no ano financeiro de 1869-1870, foram as seguintes:

Geral .....	15:693\$384	
Provincial .....	2:401\$895	
Municipal .....	2:966\$920	= 21:062\$199.

**Nota 1** – 6693 almas, leia-se 6613 almas.

**Nota 2** – A Capela de Santo Antônio provavelmente localizava-se no Bairro Santo Antônio de Sorocaba (vide Segundo Anuário Eclesiástico da Diocese de Botucatu).

**Nota 3** – Azevedo Marques não explicita a invocação ou padroeira da Igreja Matriz. A citada invocação a Senhora das Dores refere-se a que data ?

RIO-NOVO (Rio Novo) - Afluente da margem esquerda do rio Pardo. Corre na direção mais geral de Sul a Norte, por entre os municípios de Paranapanema e Botucatu.

RIO-NOVO (Rio Novo) - Povoação fundada em território do município de Botucatu. Foi criada freguesia por lei provincial de 7 de abril de 1870, que lhe designou as divisas, e elevada à vila por lei provincial de 7 de julho de 1875. Tem duas cadeiras de instrução pública primária para ambos os sexos. Seus habitantes, que elevam-se a 5.137, sendo 341 escravos, cultivam algodão, café, e ocupam-se da indústria pastoril. A padroeira é a Senhora das Dores. A paróquia dá 11 eleitores. Sobre divisas veja-se a lei provincial de 30 de março de 1874.

PONTE DO TIETÊ (TIETÊ) - Senhora dos Remédios da. Povoação situada em território pertencente ao município de Botucatu.

Foi criada freguesia por lei provincial de 20 de fevereiro de 1866. A paróquia dá 3 eleitores, e a população é de 2.821 habitantes, sendo 96 escravos. As leis de 3 de março do mesmo ano e 9 de julho de 1869 designaram as divisas com as paróquias limítrofes.

Tem duas cadeiras de instrução pública primária para ambos os sexos.

Distância da capital 52 léguas ou 288,8 quilômetros, de Botucatu 7 ou 38,8, de Lençóis 5 ou 27,7, da Constituição 9 ou 50 quilômetros.

Tem 76 fogos; eleitores em 1876 - 7. A lavoura é de algodão e cana.

RIO-BONITO (Rio Bonito) - Povoação antes chamada Capela do Samambaia, fundada em território pertencente ao município da vila de Botucatu, sob a invocação da Senhora da Piedade. Foi criada freguesia por lei provincial de 28 de fevereiro de 1866. Dista da capital 52 léguas ou 288,8 quilômetros e das povoações limítrofes, a saber: de Botucatu 7 ou 38,8 quilômetros, e de Lençóis 5 ou 27,7 quilômetros. A população é de 2.928 almas, sendo 70 escravos. A paróquia dá 7 eleitores. Sobre suas divisas veja-se a lei provincial de 16 de abril de 1874.

### 30 – Quadro

1) Relação das povoações da Província de São Paulo, com sua população, calculada segundo o número de eleitores e dos fogos de cada uma por Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, apurada em 1870 (Nota - ou 1872).

Povoações	População
Tabuatu	8000
Rio Novo	2000
Remédios do Tietê	1500
Rio Bonito	1000
Sub-Total	12.500
Lençóis	7000
São Domingos	1500
Rio Pardo	1500
Sub-Total	10.000
Totalnas Povoações	22.500
Totalna Província	924.173

**Nota** - no original Botucatu está grafado como Tatuatu. Vide A Província de São Paulo, 1875, Dr. Joaquim Floriano Godoy, tabela após pág. 46.

2) População Escrava por Municípios, apurada de acôrdo com a lei no. 2040 de 28/09/1871.

Município	População
Botucatu	1316
Lençóis	1007
Totalnos Municípios	2323
Totalna Província	162.316

3) Estatística Oficial de 1874 (data de publicação) apresentada por Azevedo Marques - Tomo II - pág. 184 (refere-se a 1872 - vide pág. 45 e 152 - A Província de São Paulo, J.F. de Godoy).

<b>Município</b>	<b>Paróquias</b>	<b>Livres</b>	<b>Escravos</b>	<b>Total</b>
Botucatu	Senhora das Dores de Botucatu	5766	847	6613
	Senhora das Dores do Rio Novo	4796	341	5137
	Senhora dos Remédios da Ponte do Tietê	2725	96	2821
	Senhora da Piedade do Rio Bonito	2858	70	2928
	Sub-Total	<b>16.145</b>	<b>1.354</b>	<b>17.499</b>

<b>Município</b>	<b>Paróquias</b>	<b>Livres</b>	<b>Escravos</b>	<b>Total</b>
Lençóes				
	Senhora Piedade dos Lençóis	5185	629	5814
	São Domingos	3629	116	3745
	Santa Cruz Rio Pardo	3623	209	3832
	Sub-Total	<b>12.437</b>	<b>954</b>	<b>13.391</b>

Total nos Municípios	<b>28.582</b>	<b>2308</b>	<b>30.890</b>
Total na província	<b>680.742</b>	<b>156.612</b>	<b>837.354</b>

4) Mappa da população da Província de São Paulo, distribuída por suas comarcas e respectivas povoações, organizada pelo Dr. J.F. de Godoy - Dezembro/1874.

Comarca - Botucatu - 2ª Entrância

Povoações	População
Botucatu	9300
Rio Novo	2700
Remédios do Tietê	2729
Rio Bonito	1600
Sub-Total	<b>16329</b>
Lençóes	7800
São Domingos	2320
Rio Pardo	2140
Sub-Total	<b>12.260</b>



Total nas Povoações	Livres	Escravos	Total
	26.266	2.323	28.589

Total na Província	Livres	Escravos	Total
	839.860	171.619	1.011.479

**31** - Em 1886/1887 o Dr. Adolpho Pinto compõe a obra A Província de São Paulo, e que apareceu em 1888.

**32** - Em 1914 é publicado o documento da Divisão Administrativa e Divisas Municipais, organizada por Armando Prado, arquivista da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo.

O documento oficial nos diz:

“Botucatu - chamava-se antes Districto de Cima da Serra de Botucatú e Parochia de Nossa Senhora das Dores da Serra de Botucatú.

Districto de Paz - Lei no. 7 - de 19 de Fevereiro de 1846.

Município - Lei no. 17 de 14/04/1855.

Cidade - pela Lei no. 18 de 16/03/1876.

O actual Município divide-se em tres districtos de paz - Botucatú, Espírito Santo do Rio Pardo e Prata.

Divisas - A Lei no. 7 - de 19 de Fevereiro de 1846, criando a Freguesia no Districto de Cima da Serra de Botucatú, município de Itapetininga, declarou que o Governo, ouvindo a respectiva Camara, marcaria as divisas.

Não existe no Archivo registro do Acto marcando essas divisas”

**Nota 1-** O autor afirma que “Botucatu - chamava-se antes Districto de Cima da Serra de Botucatú” pela Lei no. 7 de 19/02/1846, mas não faz referência a que lei eclesiástica teria sido criada a “Parochia de Nossa Senhora das Dores da Serra de Botucatú”. Tudo indica que esta última informação foi extraída da Estatística Oficial de 1874.

**Nota 2-** Não temos conhecimento de documento eclesiástico que comprove a criação da Parochia de Nossa Senhora das Dores da Serra de Botucatú.

**Nota 3-** Somente através da Lei no. 3 de 05/03/1857 foram declaradas as divisas entre Botucatu e Itapetininga.

**33** - Em 29/07/1916 o Correio de Botucatu no. 1082, publica artigo sobre Botucatu - Homens e Cousas, de autoria do Dr. João Nogueira Jaguaribe.

Em todos os documentos citados, diz o historiador, “não constam a Fundação de Botucatu em 1766, por Simão Barbosa Franco, como erroneamente afirmam Azevedo Marques em seu Apontamentos da Província de São Paulo e depois dele Alfredo Moreira Pinto em seu Dicionário Geográfico”.

Segundo João Nogueira Jaguaribe, “o verdadeiro fundador de Botucatu foi

o Capitão José Gomes Pinheiro, tronco da notável família Pinheiro Machado, porque foi elle quem primeiro, em 1843, fez doação da maior parte dos terrenos da cidade para a fundação da freguesia, sob a invocação de Sant'Anna, em homenagem ao nome de sua mulher Anna Florisbella Machado Pinheiro, e foi seu pensamento que a cidade ficasse dentro de uma quadra cercada de chácaras, como consta do título de doação”.

Nêste artigo, nehuma referência é feita à invocação de Nossa Senhora das Dores.

Aqui cabe uma correção o seu nome era Anna Florisbella Machado de Oliveira e Vasconcellos (nome de solteira) e Anna Florisbella Pinheiro Machado (nome de casada). Vide Árvore Genealógica da Família Pinheiro Machado, Paulo Pinheiro Machado Ciaccia, 1ª edição, Botucatu/SP, Gráfica Santana, 2000.

Êsse êrro persistiu no trabalho de Eunice Almeida Pinto Chaves, o Município e a cidade de Botucatu, Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, 1943, Belém, do Pará; no livro No Velho Botucatu, Sebastião Almeida Pinto, 1956; e até atualmente no livro Terras e Índios, Maria do Carmo Sampaio Di Creddo, 2003.

**34** - Almanack de Botucatu, 1920 - preparado e editado por Augusto de Magalhães.

O artigo História da Fundação de Botucatu, baseado em informações do historiador Dr. João Nogueira Jaguaribe, nos diz:

“Ao tempo recuado da capitania de São Paulo o governardor Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, no período da sua administração, de 1765 a 1775, tentou fundar Botucatú, sobre o rio Paranapanema mas, apesar das suas ordens expedidas em 1773 aos capitães-mores de Sorocaba e Itapetininga, nada foi feito, só se realizando a fundação da Freguesia pela lei acima citada da Assembléia Provincial de São Paulo (Nota - lei no. 283 de 19 de Fevereiro de 1846). A Freguesia foi fundada sob a invocação de Sant'Anna.

Deve-se o patrimônio para a Freguesia à doação em primeiro lugar dos herdeiros de Joaquim Costa, e, em segundo, do Capitão José Gomes Pinheiro.

Da primeira não existe documento escripto; da segunda, porém, consta de um lavrado aos 23 de Dezembro de 1843, na Fazenda “Monte Alegre”, residência que era do segundo doador”.

A questão do patrimônio para a Freguesia referida acima, é tratada no item C9 deste livro, explicada pelos documentos da Câmara Municipal de Botucatu de 16/12/1859; 28/02/1860; 17/04/1860 e 10/10/1860.

O Almanack de Botucatu -1920, informa a elevação à categoria de cidade em 04/03/1876, enquanto o Achegas para a História de Botucatu, informa em 16/03/1876.

O Almanack de Botucatu - 1920, faz referência às doações de 03/03/1870 e 16/07/1876 ao Patrimônio de Sant'Anna.

**35** - Correio de Botucatu - 22/09/1922 - no. 1546. Artigo inédito do Dr.

João Nogueira Jaguaribe, e gentileza do Prof. Ataliba Pires do Amaral, a quem estavam confiados os originais.

1 - Nêste artigo, o Dr. João Nogueira Jaguaribe reitera “a não fundação de Botucatu em 1766, por Simão Barbosa Franco, como errôneamente afirmam Azevedo Marques nos Apontamentos da Província de São Paulo, e depois dele Alfredo Moreira Pinto no Dicionário Geográfico. Se houve portanto qualquer tentativa de fundação de Botucatu no século 18, foi causa efêmera que não deixou nem ruínas, nem vestígios, nem mesmo tradições”.

2 - Nêste artigo, o Dr. João Nogueira Jaguaribe cita que “a atual Praça Coronel Moura fôra, segundo a tradição, um antigo e abandonado aldeamento de indígenas chavantes, notável pela sua salubridade e onde existia uma cruz tôsca, pertenceu a Joaquim Costa e seus filhos, que aí construíram algumas casas sem alinhamento. Aí foi edificada uma capela que se denominou de Capão Bonito”.

3 - Nêste artigo, o Dr. João Nogueira Jaguaribe cita que “entre o Capitão José Gomes Pinheiro e os Costas houve uma demanda por causa do local da Capela, resolvida amigavelmente no Juízo de Paz. Desse acordo resultou deliberar o Capitão José Gomes Pinheiro fundar um povoado, para cujo fim fez, por escripto particular datado da Fazenda do Monte Alegre de 23 de Dezembro de 1843, doação de um grande trecho de terras no seu retiro do “Capão Bonito”, já então conhecido pela denominação “Rincão da Capella” para a fundação de uma Freguesia sob a invocação de Sant’Anna, nome de sua mulher Anna Florisbella de Oliveira Machado”.

**Nota 1** - Não houve acôrdo entre os litigantes, como errôneamente citam João Nogueira Jaguaribe no referido artigo; A Revista a Cruzada, Ano I, Número 3 de 28/09/1928; Eunice Almeida Pinto Chaves em O Município e a Cidade de Botucatu - Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, 1943, Belém, do Pará, pág. 611 e Hernâni Donato em Achegas para a História de Botucatu, edições de 1954, 1956 e 1985, pág. 55.

A demanda não foi por causa do local da Capela e não foi resolvida amigavelmente no Juízo de Paz, como nos mostra em detalhes a Ação de Manutenção de 1846, tratada no ítem D3 dêste livro.

A oposição armada de Francisco, genro de Joaquim da Costa e Abreu (Vide ítem 11, pág. 65), foi descrita por José Joaquim Barbosa de Carvalho como uma rixa; pelo Dr. João Nogueira Jaguaribe e Eunice Almeida Pinto Chaves como uma demanda com acordo; por Hernâni Donato como um nutrido tiroteio (Achegas, pág. 55) e pelo Dr. Francisco Marins em seu romance Clarão na Serra, com mortes em ambas as partes. Essas ilações não constam na Ação de Manutenção.

E na Escritura de Doação de 23/12/1843, ítem C9 dêste livro, o Capitão José Gomes Pinheiro afirma que: “cujos campos e mattos assim demarcados fasso fiel doação para o patrimônio da Capella de Sant’Anna, seja erecta freguesia dentro de seis annos a contar desta data e não sendo reverterá a

mim ou aos herdeiros de meu casal; portanto deve-se formar um quadro de duzentas braças para o arreamento e fazer-se bem assim os demais terrenos em roda deste quadro, também se deverá aforar a quinhentos réis por braça os terrenos dentro do quadro de arreamento, e os terrenos em roda para chácaras à cem réis por braça. Declaro mais que a divisa da contenda da porteira, digo da porteira da contenda que confina com o finado Joaquim da Costa e seus herdeiros está decidida e edificada por uma sentença passada em julgada no Juízo de Paz ou Subdelegado desta Villa.

Cuja doação fasso de minha terça por isso independente de obtorga de minha mulher, digo, de minha consorte. De tudo isso de minha livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma. E por verdade do referido mandei passar o presente por mim somente assignado. Itapetininga, aliáz Fazenda do Monte Alegre – vinte trez de Dezembro de mil oitocentos e quarenta e trez - José Gomes Pinheiro.

Portanto, não procedem as seguintes informações:

a - Não procede a informação de João Nogueira Jaguaribe no Correio de Botucatu de 22/09/1922 no. 1546 de que “entre o Capitão José Gomes Pinheiro e os Costas houve uma demanda por causa do local da Capela, resolvida amigavelmente no Juízo de Paz. Desse acordo resultou deliberar o Capitão José Gomes Pinheiro fundar um povoado, para cujo fim fez, por escripto particular datado da Fazenda do Monte Alegre de 23 de Dezembro de 1843, doação de um grande trecho de terras no seu retiro do “Capão Bonito”, já então conhecido pela denominação “Rincão da Capella” para a fundação de uma Freguesia sob a invocação de Sant’Anna, nome de sua mulher Anna Florisbella de Oliveira Machado” (Nota - seu nome de solteira e no Artigo de João Nogueira Jaguaribe, Correio de Botucatu, 29/07/1916, no. 1082, é citada como Anna Florisbella Machado Pinheiro, mas na realidade é Anna Florisbella Pinheiro Machado (nome de casada).

b - Não procede a informação de José Joaquim Barbosa de Carvalho na Revista A Cruzada, Ano I, Número 3 de 28/09/1928, de que o Capitão José Gomes Pinheiro tivesse dito ao Joaquim da Costa e Abreu que “posseasse o matto, respeitando o campo” (vide item 3 da Ação de Manutenção, item D3 dêste livro).

c - Não procede a informação de Eunice Almeida Pinto Chaves, o Município e a Cidade de Botucatu, Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, 1943, Belém, do Pará, pág. 611, de que “entre o Capitão José Gomes Pinheiro, morador e fazendeiro na região, e Joaquim Costa e herdeiros, surgiu uma demanda por causa do local onde foi edificada a capela do Capão Bonito. Entre os litigantes houve um acôrdo amigável, dele resultando o primeiro litigante assumir o compromisso de doar terras para o patrimônio da igreja de Sant’Anna”, baseada em João Nogueira Jaguaribe.

d - Não procede a informação de Hernâni Donato, Acheegas para a História de Botucatu, 3ª Edição, Edicon, 1985, pág. 55, de que tivesse ocorrido o “acordo mato-e-campo, verbalmente estabelecido entre ambos” (Nota - entre o Capitão José Gomes Pinheiro e Joaquim da Costa e Abreu), baseado na Revista A Cruzada.

Também não procede a informação de Hernâni Donato, baseado em

Eunice Almeida Pinto, de que “entre os litigantes houve um acordo amigável, dele resultando o primeiro litigante assumir o compromisso de doar terras para o patrimônio de Sant’Anna”.

4 - Nêste artigo, o Dr. João Nogueira Jaguaribe cita que “é tradição que os Costas fizeram doação para igual fim mas não ha disso documento algum em Botucatu, sendo possível que estejam nos arquivos de Itapetininga”.

Tudo indica que essa tradição advenha dos documentos da Câmara Municipal de Botucatu de 16/12/1859; 28/02/1860; 17/04/1860 e 10/10/1860, assunto esse tratado no ítem C9 deste livro.

5 - Nêste artigo, o Dr. João Nogueira Jaguaribe cita que “depois de installada a Freguesia como se vê de uma demanda de 1859 entre Braz de Assis Nogueira e Claudino José Pereira, o local onde está a cidade era vulgarmente conhecida pela denominação de “Capella de Capão Bonito”, mas se instalando o município firmou-se a denominação de Villa de Botucatu”.

**Nota 2** - documentos da Junta de Qualificação de Botucatu (vide caixa 39, pasta 1, documentos 2 e 2A do Arquivo do Estado), de 24/02/1852 e 28/02/1852, relatam a “Freguesia de Nossa Senhora Santa Anna de Botucatu do Município de Itapetininga da quarta Comarca”.

6 - Nêste artigo, o Dr. João Nogueira Jaguaribe faz referências as outras doações de 03/03/1870 e 16/07/1876 para o Patrimônio de Sant’Anna.

7 - Nêste artigo, o Dr. João Nogueira Jaguaribe não faz nenhuma referência a invocação de Nossa Senhora das Dores.

8 - Nêste artigo, o Dr. João Nogueira Jaguaribe não faz nenhuma referência a invocação de Nossa Senhora das Dores.

**36-** Os Municípios Paulistas - 1925 - Eugenio Egas (de Andrade) Publicação Oficial - São Paulo - Secção de Obras D’O Estado de São Paulo.

Conforme solicitação do Dr. Washington Luís Pereira de Souza (Governador do Estado de São Paulo - 1919 a 1922) a Eugenio Egas, êste publicou em 1925, já no Governo de Carlos de Campos, a obra os Municípios Paulistas. Eugenio Egas recebeu a ordem para pôr em dia a monumental obra do Dr. Adolpho Pinto, publicada em 1888, e que é conhecida com o título A Província de São Paulo.

Diz Eugenio Egas: “dando lugar à parte, e de alto relêvo à obra clássica de Azevedo Marques (Apontamentos da Província de São Paulo) e às publicações de João Jacynto Ribeiro e Paulo Rangel Pestana, o livro - Os Municípios Paulistas - aproveitou-se sobretudo dos notabilíssimos trabalhos compostos por Daniel Pedro Muller, em 1836; Luné e Fonseca, 1873; Adolpho Pinto, composto em 1886/87 e que apareceu em 1888.

Para conhecimento do aspecto geral, orografia, hidrografia, clima, geologia, minerologia, flora, fauna, e tudo quanto se relacione com a

geografia física de São Paulo, ha, entre muitas, duas obras dignas de recomendação especial: A Província de São Paulo, de Adolpho Pinto e o Brasil, do Prof. Moreira Machado.

Outras obras que não podem deixar de serem citadas são: as de João Pedro Cardoso, Affonso Taunay e Rocha Pombo.

Theodoro Sampaio - o Tupi na Geografia Nacional - (São Paulo, Empresa Editora - "O Pensamento"- 1914) forneceu relação dos nomes Indígenas ou Exóticos de Municípios Paulistas não incluídos na sua notável obra".

Eugenio Egas, no seu Os Municípios Paulistas, descreve: Município de Botucatu - História.

"O paulista Simão Barbosa Franco foi quem deu começo à povoação em 1766, por ordem do governador e capitão-general D.Luiz jAntonio de Souza Botelho Mourão. Por escriptura de 23 de Dezembro de 1843, foram doados os terrenos do patrimônio pelo capitão José Gomes Pinheiro Velloso e sua mulher D.Anna Florisbella Pinheiro Machado. Mais tarde foi augmentado o patrimônio por doação feita por Francisco de Assis Nogueira, a qual foi ratificada pela viúva e herdeiros deste, a 16 de Junho de 1876; e ainda a 2 de Novembro de 1869 teve o patrimônio novo augmento por doações que fizeram:

- 01 - Domingos Soares de Barros
- 02 - Joaquim Gonçalves da Fonseca
- 03 - José R. César (José Rodrigues César)
- 04 - Braz Nogueira (Braz de Assis Nogueira)
- 05 - Manoel J. Machado (Manoel José Machado)
- 06 - A . J . Cardoso de Almeida (Antonio Joaquim Cardoso de Almeida)
- 07 - Francisco Pires (Francisco Xavier de Almeida Pires)
- 08 - Manoel de Arruda Leme
- 09 - Manoel J. de Faria (Manoel Gomes de Faria)
- 10 - José Emygdio de Barros
- 11 - Dr. Bernardo da Silva (Dr. Bernardo Augusto Rodrigues da Silva)
- 12 - João César (João Baptista do Amaral Cesar)
- 13 - Tito Correa de Mello
- 14 - D. Leonor da Silva Bueno

Obs.: Os nomes entre parenteses são correções e complementações dos autores dêste.

A parochia esteve até 1850 sob a direção do vigário de Itapetininga e só nessa época é que teve o seu primeiro vigário, na pessoa do padre Joaquim Gonçalves Pacheco.

Divisão Eclesiástica - Existe uma paróquia sob a invocação de Sant'Anna e uma Capella tendo como orago São José.

Existem as seguintes irmandades: Santíssimo Sacramento; São Benedicto (Nota - inicialmente Nossa Sra. do Rosário); São Vicente; Filhas de Maria; Communhão Reparadora; União Cathólica de Moços; São Tarsisio; Conselho Central da Conferência de S.Vicente de Paulo; Conselho particular das Conferências; Conferências de S.Vicente de Paulo, denominadas: Sant'Anna, Nossa Senhora de Lourdes e S. José . É sede de Bispado".

Nesta obra, a respeito de Botucatu, temos quatro pontos a considerar:

1) Não foi feita nenhuma referência a Nossa Senhora das Dores.

2) A doação de Felisberto Antonio Machado e sua mulher Faustina Maria da Conceição a Nossa Senhora da Santa Anna, padroeira desta Freguesia, em 16/03/1854, livro I do 1º Tabelião de Notas de Botucatu, págs. 76/76 V, e descrita no ítem E53 deste livro, não foi mencionada na obra os Municípios Paulistas - Eugenio Egas - 1925, a par das outras doações citadas nessa obra.

3) As doações de 02/11/1869, cujos doadores estão representados pelo sócio Domingos Soares de Barros, estão traduzidas na escritura de 03/03/1870, Livro 14, págs. 79V/80 do 1º Cartório de Notas de Botucatu, cujo teor é o seguinte: “Escritura de venda que fazem o Major João Pereira da Silva e Tenente João Baptista do Amaral Cesar, com suas mulheres à diversos sócios representados por Domingos Soares de Barros, a benefício do patrimônio de Nossa Senhora Sant’Anna”.

4) Na escritura de 03/03/1870, Livro 14, págs. 79V/80, dizem os vendedores que nesta confrontação (de suas propriedades) se acha compreendido um alqueire de terreno doado ao patrimônio por Francisco Ferreira de Aguiar, sendo mais, tão bem compreendido reservam para si dez braças de frente com vinte de fundos e o mais vendem na forma mencionada (11 alqueires e meia quarta de terreno anexo ao patrimônio) - sendo 8 alqueires de João Pereira da Silva e 3 alqueires e meia quarta de João Baptista do Amaral Cesar.

**Nota 1** - *A doação de Francisco Ferreira de Aguiar não foi por nós encontrada no 1º Tabelião de Notas de Botucatu.*

*Francisco Ferreira de Aguiar era genro de Manoel José Martins Ferreira, ambos participantes da Ação de Manutenção de 1846, juntamente com João Vieira Paraíso, como réus, em que os Autores são o Capitão José Gomes Pinheiro e sua mulher.*

**Nota 2** - *As áreas vendidas pelo Major João Pereira da Silva e o Tenente João Baptista do Amaral César são provenientes da divisão da Fazenda da Cachoeirinha.*

**Nota 3** - *Essas outras doações de 03/03/1870 e 16/06/1876 são citadas nas seguintes obras:*

*Almanak de Botucatu – 1920.*

*Correio de Botucatu - 22/09/1922 no. 1546.*

*Os Municípios Paulistas - Eugenio Egas - 1925 - pág. 285.*

*O Município e a Cidade de Botucatu - Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, 1943, Belém, do Pará, Eunice Almeida Pinto, pág. 612.*

*Achegas para a História de Botucatu, 3ª edição, 1985, Hernâni Donato, págs. 64, 70 e 205.*

**37 - 28/09/1928 - Revista A Cruzada - Ano I Número 3 - Órgão da “Cruzada Brasileira”.**

O Sumário desta revista apresenta:  
Botucatu Antigo (o artigo não foi assinado)  
Tempo de Dantes - Sebastião Almeida Pinto

Botucatu Antigo - Diz o artigo - “iniciando hoje o movimento evocador a que esta página se destina, vamos reproduzir, com a clareza possível, o assunto de um documento antigo, redigido há muitos anos pelo falecido José Joaquim Barbosa de Carvalho”.

No final do artigo ressalta - “salvo algumas confrontações com o presente e mudanças de redação, umas e outras de nossa lavra, é este o testemunho pessoal de José Joaquim Barbosa de Carvalho, que oferecemos ao exame dos entendidos para a necessária discussão”.

1) As doações citadas pelo memorialista José Joaquim Barbosa de Carvalho referem-se a Sant’Anna.

Nêsse artigo, nenhuma citação é feita a Nossa Senhora das Dores.

José Joaquim Barbosa de Carvalho nasceu em 1833 em Portugal, veio para Botucatu em 1855 e faleceu em 15/10/1916 em Botucatu.

Conforme depoimentos prestados em 1916 por José Joaquim Barbosa de Carvalho e lavrados na Revista A Cruzada de 1928, Joaquim da Costa e Abreu teria doado um pequeno patrimônio a Sant’Anna e o Capitão José Gomes Pinheiro teria aumentado êsse patrimônio em 23/12/1843.

O memorialista José Joaquim Barbosa de Carvalho deve ter se baseado nos documentos da Câmara Municipal de 1859 e 1860.

Engano. A 1ª doação é a do Capitão José Gomes Pinheiro em 23/12/1843 ao Patrimônio da Capela de Sant’Anna, conforme escritura de doação.

Após a Ação de Manutenção de 1846, os herdeiros de Joaquim da Costa e Abreu poderiam fazer doação ao patrimônio de Sant’Anna, mas os documentos da Câmara Municipal de Botucatu de 16/12/1859, 28/02/1860, 17/04/1860 e 10/10/1860 acusam que não existe título de doação dos mesmos herdeiros.

No documento da Câmara Municipal de Botucatu de 16/12/1859 está incluído uma cópia da escritura de doação do Capitão José Gomes Pinheiro.

2) José Joaquim Barbosa de Carvalho afirma que o Capitão José Gomes Pinheiro teria dito ao Joaquim da Costa e Abreu - “posseasse o mato, respeitando o campo”.

Pela Ação de Manutenção de 1846, o Capitão José Gomes Pinheiro disse ao Joaquim da Costa e Abreu que só defendiam o que haviam comprado. Vide item 3 da Ação de Manutenção de 1846.

3) José Joaquim Barbosa de Carvalho foi quem primeiro dilineou o rumo - porteira situada na Rua Riachuelo (esquina Nicoletti):



“sahindo da corredeira (onde houve a máquina do Russo, junto à ponte que comunica com o Bairro Alto), dirigia-se para o fundo do campo do Capão Bonito, passando por uma porteira situada na Rua Riachuelo (esquina Nicoletti).

Nesta porteira, que delimitava o primitivo patrimônio com as terras do Capitão José Gomes, houve, segundo dizem, uma rixa entre a gente deste e a dos Costas, motivo pelo qual ficou célebre a Porteira da Contenda (a atual Rua Moraes Barros deve ser mais ou menos o famoso Rumo da Contenda ou da Porteira da Contenda), de interesse no foro local”.

Esse rumo delineado por José Joaquim Barbosa de Carvalho foi descrito “de ouvir falar” ou “suposição” e foi colocado na Ação de Manutenção de 1846 não no foro local, mas no foro de Itapetininga.

4) José Joaquim Barbosa de Carvalho também descreve o patrimônio doado pelo Capitão José Gomes Pinheiro, talvez baseado na Escritura de Doação.

5) José Joaquim Barbosa de Carvalho cita que “em 1843 ou 1844, o mineiro Francisco de Assis Nogueira comprou duas fazendas do Capitão José Gomes Pinheiro: Capão Bonito e Pedras”. Essa compra foi realizada em 01/12/1846, vide itens D4 e D5 deste livro.

6) Para José Joaquim Barbosa de Carvalho, “João da Cruz Pereira e Felisberto Antonio Machado - deram princípio à fundação da cidade, sendo estes os principais fundadores”.

7) José Joaquim Barbosa de Carvalho, cita que “João da Cruz Pereira e Felisberto Antonio Machado não chegaram a acordo a respeito do lugar para a igreja.

Machado queria no espigão do campo, terra pobre e sem água, onde fincou esteios, emadeirou e nisso ficou.

Pereira queria no lugar onde está hoje (Nota - Praça Coronel Moura), e onde fez uma capelinha e seis casas de madeira lavrada, cobertas de telhas”.

8) Já João Nogueira Jaguaribe (item 35-2) afirma que “Joaquim Costa e seus filhos que construíram algumas casas sem alinhamento e aí (Nota - Praça Coronel Moura) foi edificada uma capela que se denominou de Capão Bonito”.

**38 – Avaré – História e Geografia.** Opúsculo editado pela Tipografia Central, 1939, contendo as revelações do Capitão Tito Correa de Mello, Museu de Avaré.

**39 - Correio de Botucatu - 18/09/1938**

É publicado o histórico documento sobre a Fundação de Botucatu, baseado na Escritura de Doação do Capitão José Gomes Pinheiro em 23/12/1843, para o Patrimônio da Capela de Nossa Senhora Sant’Anna.

Por erro do Tabelião, onde se lê “Porteira da Contrada:, leia-se “Porteira

da Contenda”. Essa escritura esta reproduzida no Achegas, pág. 59.

**40** - É publicado o Primeiro Anuário Eclesiástico da Diocese de Botucatu, em 1941.

**41** - Correio de Botucatu - 08/12/1943, 12/12/1943, 16/12/1943

É publicada a Resolução no. 32 de 23/11/1943 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por motivo do Centenário da Instituição do patrimônio da Freguesia de Sant’Anna.

A resolução cita que “considerando que essa Freguesia de Santa Anna, juntamente com a de Nossa Senhora das Dores de Cima, veio a ser o núcleo donde surgiu a atual cidade de Botucatu”.

Quanto a Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Cima, assim como Paróquia de Nossa Senhora das Dores, não temos documentos que comprovem a sua existência, além daqueles citados para o Rio Novo (atual Avaré).

**42** - Correio de Botucatu - 19/12/1943

É publicada locução proferida pelo Presidente do Centro Cultural de Botucatu, Dr. Arnaldo Reis, comentando a monografia de Eunice Almeida Pinto Chaves, o Município e a Cidade de Botucatu, a ser apresentada no X Congresso Brasileiro de Geografia, Belém, do Pará.

**43** - Correio de Botucatu - 23/12/1943

São publicados dois artigos:

Efeméride Centenária 1843 - 1943

Origens de Botucatu - Eunice Almeida Pinto, Membro do Centro Cultural de Botucatu.

**44** - O Município e a Cidade de Botucatu

Eunice Almeida Pinto Chaves

Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, 1943, Belém, do Pará.

A autora defende a fundação de Botucatu por Simão Barbosa Franco, em 1766, sob a invocação de Nossa Senhora das Dores de Cima da Serra (pág. 609), contestada por João Nogueira Jaguaribe em 1916 e também contestada por Aluisio de Almeida em 1951 e Hernâni Donato em 1954, 1956 e 1985 (Achegas, 3ª edição, págs.47 a 50).

1 - Diz a autora à pág. 611 - “Esta povoação (nota - 1766) - Vila de Nossa Senhora das Dores de Botucatu - foi erecta Freguesia em 1846 com a denominação de Freguesia do Distrito de Cima da Serra de Botucatu”, dando a entender que houve continuidade na povoação.

Lembramos que de 1766 a 1846, não temos registro de documento concernente a uma povoação que teria levantado uma capela (ou paróquia) em cima da Serra de Santo Ignácio, nem uma única notícia de presença e atuação, nêsse período.

2 - A autora afirma que a demanda foi contra o Capitão José Gomes Pinheiro. Lembramos que é exatamente o contrário. Na Ação de Manutenção de 1846, o Capitão José Gomes Pinheiro e sua mulher são autores dessa ação.

3 - Quanto à confusão de nomes à pág. 614, informamos que Eugenio Egas, os Municípios Paulistas, 1925, lavrou o correto. Ou seja, o Capitão José Gomes Pinheiro Vellozo era sim casado com Anna Florisbella Pinheiro Machado (nome de casada), ou Anna Florisbella Machado de Oliveira e Vasconcellos (nome de solteira).

Quanto ao outro José Gomes Pinheiro Vellozo, rábula, citado pela autora, informamos que era filho do respectivo casal citado acima, e avô da aviadora Anésia Pinheiro Machado. Atuou no episódio da atual Rua Rangel Pestana (Achegas, pág. 84) e foi suplente de vereador em 1866 (Achegas pág. 91).

**45** - Segundo Anuário Eclesiástico da Diocese de Botucatu - publicado em 1945.

Atos e Governo Diocesano / Estado das Paróquias / Estatísticas.

**46** - Folha de Botucatu - 15/04/1947 - Texto de Hernâni Donato. Esse texto também está reproduzido no livro Botucatu Através da Imprensa - Sua História e Sua Gente - 1938 a 1960 - Marigê Medeiros, 2001.

15 abril de 1947 - Folha de Botucatu

Manchete - Um Plano de recuperação histórica

**Uma volta às raízes afim de recuperar as tradições da cidade**

Hernâni Donato

“Anos de 1700 a 1765, havia no local onde mais tarde seria o berço do “Cima da Serra” dos brancos, restos de moradias de índios botucudos ou caiuás que estavam se dispersando ou sendo empurrados para as entranhas da mata, pelos brancos conquistadores que, desbravavam os sertões, fundavam fazendas, cresciam, se desenvolviam e as transformavam em vilas, depois cidades. Muitas vezes os pontos fixados eram pontos estratégicos, cujo intuito era impedir a invasão dos europeus em nosso território, que aqui vinham envolvidos pela lenda do “Eldorado” (histórias fantasiosas que corriam pela Europa). Com a chegada de Joaquim Costa, o grupo de casas ou, maloca dos indígenas, serviu de início para a sua empreitada, e ele a aproveitou. Soltou sua boiada, orientou a sua gente e estava, então, plantada a sementinha que afloraria a praça Coronel Moura.

Portanto, Joaquim Costa foi seu fundador. O centro de nossa cidade teve início com Joaquim Costa, sua boiada e sua gente ao longo do, ativamente batido e viajado, caminho do sertão. Os viajantes que subiam a serra e circulavam por estas paragens, reconheceram o local como ideal, possuía água, pasto, abrigo para seus homens e animais... então, foram surgindo casas aqui e acolá aflorando o “Bosque do Sossego”. Dois núcleos estavam

formados a quilômetro e meio de distância um do outro. Então, como bons vizinhos, se irmanaram, comercializaram seus produtos amistosamente. O relacionamento entre eles foi crescendo, picadas foram surgindo pela mata ... as picadas foram se transformando em caminhos, ruas. A primeira rua ia do Lavapés ao antigo chafariz, fundos do Paratodos. O grupo de Joaquim Costa crescia para os altos da colina. O segundo grupo, do Coronel Moura, crescia em direção ao rio. Um grupo rasgava picada em direção ao outro grupo e, uma dessas picadas é a rua Amando de Barros, aberta pelo grupo do Coronel Moura. Os moradores denominavam as ruas para melhor entendimento entre eles: Rua Nova, Rua Velha, Rua de Baixo, Rua de Cima. A Rua de Cima era quase toda mato, isto é, pouco construída, então os moradores da Rua de Baixo, deram nome à sua rua “Rua das Flores” e o primeiro letreiro foi colocado. Depois veio a guerra do Paraguai, as grandes vitórias festejadas, se é que houveram muitas e grandes vitórias, e a rua passou a se chamar “Rua do Curuzu”. Então, os moradores da “Rua de Cima” não fizeram por menos, deram à sua rua o nome de “Rua do Riachuelo”. Estava iniciada uma rivalidade entre os dois grupos, e passaram a disputar a primazia na cidade, ou no lugarejo. Construíram a cadeia, a igreja ou capela, e como não havia espaço na Curuzu, as construções começaram a crescer na Riachuelo... e a Curuzu foi perdendo seu comércio para a Riachuelo, e esta, passou a ser denominada “Rua do Comércio”, depois passou a ser “Rua Amando de Barros”, teve depois umas recaídas voltando aos antigos nomes, mas hoje a temos como Rua Amando de Barros. A Rua Curuzu caminhou com o tempo, resistindo e conservando seu nome, mas legisladores de poucas idéias, poucas iniciativas, cegos para os problemas sociais, em 1947 mudaram o nome da rua para “Clóvis Bevilacqua”. São os políticos ocios e bajuladores. Isso desgostou em muito os historiadores e os próprios moradores da rua. Tanto assim que o escritor e historiador Hernani Donato protestou assim pela imprensa.

“Há um capítulo que está por escrever. Aquele em que se dará à Rua do Curuzu o seu velho nome, porque, um dia, não importa quando, ela voltará a chamar-se Curuzu. E o escritor continua. Se o Sr. Clóvis Bevilacqua, pudesse ser consultado, ele próprio iria pregar a velha e veneranda placa, do antigo nome popular, prestigiando assim, as nossas tradições, como sempre prestigiou as tradições de nossa magistratura. E nós, que o queremos bem, pelo muito que fez em prol de nossa cara Pátria, iríamos em romaria cívica, colocar seu nome em uma das ruas novas da cidade (Vila Maria ou São Lúcio) para que, dali, surgisse uma nova tradição em torno ao seu reverenciado nome. Pedidos neste sentido já foram feitos. Não o deseja atender o atual prefeito, filho e amante das coisas novas e, principalmente, descendente de um dos fundadores da cidade”.

O prefeito da época era Adolpho Pinheiro Machado.

**47 - Correio de Botucatu - 21/12/1947 – nº 8148**

Transcorrerá terça-feira o 104º Aniversário da Fundação da Cidade de Botucatu.

Reproduzimos, a seguir, parte do artigo focalizando o histórico.

Na próxima terça-feira, dia 23 de dezembro, transcorrerá o centésimo quarto aniversário da fundação de Botucatu, cujos dados históricos e estatísticos, oficialmente homologados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estampamos abaixo. (Serviço Oficial da Agência de Estatística Modelo de Botucatu).

HISTÓRICO - Por escritura pública de 23 de dezembro de 1843, lavrada na fazenda Monte Alegre, residência do doador José Gomes Pinheiro, foram doados os terrenos de um grande trecho do Retiro do Capão Bonito, para a fundação de uma Freguesia sob a invocação de Santana, reverenciando o nome de sua esposa dona Ana Florisbela Pinheiro Machado (Livro de Notas no. 1 - Cartório do 1º Ofício de Botucatu).

A cidade de Botucatu nasceu, pois, oficialmente em 23 de dezembro de 1843 e o seu fundador foi o Capitão José Gomes Pinheiro, sendo a Freguesia criada pela Lei Provincial de 19 de fevereiro de 1846, sob a invocação de Santana.

Em 24 de julho de 1847 ( Almanack /1920) era criada a Subdelegacia de Polícia. Achegas, pg 64 relata como sendo em 28/07/1847.

O título de Vila foi concedido pela Lei Provincial no. 17, de 14 de abril de 1855, tendo sido instalada em 27 de dezembro, quando era presidente da Assembléia Provincial o conselheiro Antonio Saraiva. Em 27 de dezembro de 1857, realizou-se a primeira eleição para vereadores.

A Lei Provincial de 28 de abril de 1859 criou o Fôro Cível e Conselho de Jurados em Botucatu até então Termo reunido ao de Itapetininga.

Graças aos esforços dos velhos batalhadores botucatuenses, em 20 de abril de 1866, Botucatu, hoje comarca de 3ª entrância, é escolhida para sede de comarca, sendo declarada de 1ª entrância pelo decreto Imperial de 25 de maio do mesmo ano. E finalmente, pela Lei Provincial no. 18 de 16 de março de 1876, era elevada à categoria de cidade.

A Diocese, com sede em Botucatu, foi criada em 7 de julho de 1908, conforme Correio de Botucatu. Achegas, pág 307 e Almanack/1920, informam como sendo em 07/06/1908.

#### **48 - O Estado de São Paulo 11/11/1951**

Aluisio de Almeida

1 - Neste artigo, Aluisio de Almeida contesta a Fundação de Botucatu em 1766 por Simão Barbosa Franco, nos dizendo:

“Feita a devida vênia aos srs. Pedretti Neto, Hernâni Donato e D. Eunice Almeida Pinto que escrevem com conhecimento de causa sobre a história local da grande antiga capital do Sertão, apresentamos alguns restolhos na seara de Booz.

Numa lista das novas Freguesias criadas em São Paulo por ocasião das vilas fundadas pelo Morgado Mateus (nos. no Códice Matoso da Biblioteca Municipal de São Paulo) não consta Botucatu. Nem também na relação das Freguesias e dados biográficos do clero nelas existentes em 1777, por D. Frei Manuel da Ressureição (publicada no Tomo da Revista do Instituto Histórico

e Geográfico de São Paulo). Assim pois, o que aconteceu com a primeira fundação em 1766 por Simão Barbosa Franco, residente no bairro de Itapetininga Termo município de Sorocaba, foi apenas uma ordem para fundar a vila que não pôde ser cumprida. Por falta de gente no local, pois eram duas ou três fazendas de criar, com alguns peões indígenas ou mestiços, e falta gente que lá quisesse ir pois nem Itapetininga fôra fundada nem faltavam terras despovoadas e planas mais perto de Sorocaba e Itú.

Tendo além disso, aquele sertanista, menos de anos apenas depois, sido incumbido pelo mesmo Morgado de Mateus de efetuar a fundação de Itapetininga e conseguindo-a parece claro como água que ele não aceitaria a nova incumbência se ainda continuasse com a outra. Mesmo para Itapetininga encravada entre duas Freguesias povoadas (Sorocaba e Paranapanema), numa estrada geral muito transitada, ele precisou da mão forte de Domingos José Vieira e Sarutaiá, cofundadores. Evidentemente recebido o papel, ele tentou os primeiros passos e pediu nova localização. Talvez nem mesmo erguesse os primeiros ranchos de\_\_\_\_\_”.

2 - Como já descrito no ítem 8, Aluisio de Almeida afirma que o Capitão José Gomes Pinheiro teria mudado a padroeira: de Nossa Senhora das Dores para Nossa Senhora Sant’Anna.

Como isso seria possível, oficialmente ou não se não temos documentos eclesiásticos que comprove a existência da capela (ou paróquia) de Nossa Senhora das Dores?

Nem em 1777 (relação das Freguesias e dados biográficos do clero elaborada por D. Frei Manuel da Ressureição) e nem em 03/05/1843 (resposta do vigário colado Francisco de Paula e Medeiros ao Presidente da Província Coronel Joaquim José Luis de Souza sobre a pretensão de ser ereta em Freguesia a Capela da Serra de São Ignácio, através de petição de Felisberto Antonio Machado - vide ítem 6). E nem na obra de Daniel Pedro Muller de 1838 (vide item 2).

**49** - Achegas para A História de Botucatu, 1ª Edição, 1954, Hernâni Donato.

**50** - Folha da Manhã – 14/04/1955 – nº9525.

Botucatu – 100 anos de tradição e cultura.

O importante município paulista comemora hoje o seu primeiro centenário – Dados históricos e geográficos.

**51** - Folha de Botucatu – 30/07/1955

Carta do Governador do Estado, Sr. Jânio Quadros, em 22/07/1955, ao Prefeito Municipal Sr. Emilio Peduti, acusando o recebimento de seu ofício nº 400/55 de 17 do corrente, portador da mensagem, amigo do dinâmico e hospitaleiro povo de Botucatu, que acaba de festejar seu primeiro centenário de fundação da cidade.

**Nota** – na realidade, centenário de emancipação político-administrativa.

**52** - Achegas para A História de Botucatu, 2ª Edição, 1956, Hernâni

Donato.

**53** - Em Abril/1956 foram alçados três sinos para o alto da torre da Catedral de Sant'Anna. No sino maior, dedicado ao 1º Centenário da cidade foi gravada a mensagem: Senhora de Sant'Anna

1855 - 14 de abril de 1955

“ O Felix Anna Gaude Sine

Et Pro Nobis Preces

Porrige Coelorum Reginae”

E, no segundo sino, dedicado à Nossa Senhora das Dores, lembrando a Primeira Capelinha de Botucatu, foi gravada a mensagem:

“Virgem Dolorosa, convosco

Choramos a Paixão de Cristo

Convosco cantamos a sua ressurreição”

Vide item 73, Gente de Dantes, Homens e Coisas de Antigamente, Copy Gráfica, 1ª Edição, 2004, pág. 195-200, Luiz Baptistão.

**54** - No Velho Botucatu, 1ª Edição, 1956, Sebastião Almeida Pinto.

**55** - Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, XXVIII volume, Rio de Janeiro, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957, Sebastião de Figueiredo Tôrres / Pedro Tôrres. Diz o texto: “Acredita-se que em 1766 tenha sido inaugurada uma capela de “Nossa Senhora das Dores de Cima da Serra”, onde, provavelmente está localizada a cidade”

**56** - Clarão na Serra, Francisco Marins, 1962, conta em romance , a saga do Capitão José Gomes Pinheiro.

**57** - Botucatu - Nossa Terra - Nossa Gente - Nossas Riquezas, Julierme de Abreu e Castro. Neuton Dezoti. Tipografia Comercial, Bauru, 1966.

**58**- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1967

Volume LXIII - págs. 64,104,145,154

Volume LXIV - pág. 258

1967- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - volume LXIII - Janeiro a Junho

Volume LXIV - Julho a Dezembro

23/12/1843 – O Capitão José Gomes Pinheiro doa os terrenos necessários ao patrimônio da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Botucatu. Aliás, essa doação devia ter constituído uma aumento do patrimônio já existente, que fora doado pelo mineiro Joaquim Costa, tido também como um dos fundadores da localidade.

(O Estado e Achegas para a História de Botucatu, por Hernâni Donato) – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. Volume LXIV, pág. 258.

19/02/1846 – É elevada a categoria de freguesia a capela de Nossa

Senhora de Cima da Serra, construída em 1766, pelo paulista Simão Barbosa Franco. Essa capela só se constituiu em centro de povoamento, que evoluiria para a atual cidade de Botucatu, quando José Gomes Pinheiro Machado adquiriu a posse da sesmaria, antes concedida a João Pires, que ali formara fazenda de criar e que doara o terreno do patrimônio. Mineiros ali chegados, cuidando da pecuária, intensificaram o povoamento, em destaque o chamado Joaquim Costa, antigo capataz, que se tornou abastado, tendo adquirido terras de José Gomes Pinheiro Machado, que, aliás, não residiu nos sítios de sua propriedade – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, Volume LXIII, pág. 64.

14/04/1855 – As freguesias de N. Sra. da Ajuda de Caçapava e de Botucatu são elevadas à categoria de vilas.

(Cron. Paulista – J. Ribeiro) – Revista do Instituto Histórico e Geografia de S. Paulo, Volume LXIII, pág. 145).

20/04/1866 – São criadas as comarcas de Lorena, Guaratinguetá e de Botucatu pela lei nº 61.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, Volume LXIII, pág. 154.

16/03/1876 – As vilas de Jundiá, de Botucatu e de Itativa são elevadas à categoria de cidade –pela lei 18.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, Volume LXIII, pág. 104.

Nestes documentos foram introduzidos outros erros históricos:

**Nota 1** – *O Capitão José Gomes Pinheiro doa os terrenos necessários não ao patrimônio da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Botucatu, mas sim ao patrimônio da capela de Sant’Anna.*

**Nota 2** – *A doação do Capitão José Gomes Pinheiro não constituiu aumento do patrimônio já existente, e sim a primeira doação, pois não existe título de doação, nem de Joaquim Costa (Joaquim da Costa e Abreu), e nem de seus herdeiros, conforme já tratado no item C9.*

**Nota 3** – *A Fundação de Botucatu por Simão Barbosa Franco em 1766, já foi contestada por João Nogueira Jaguaribe (1916, 1922); Aluisio de Almeida (1951) e Hernâni Donato (1954, 1956, 1985).*

**Nota 4** – *O doador não é José Gomes Pinheiro Machado, e sim o Capitão José Gomes Pinheiro.*

**Nota 5** – *Joaquim Costa (Joaquim da Costa e Abreu) não adquiriu terras do capitão José Gomes Pinheiro, como é mostrado na Ação de Manutenção de 1846 e já tratado no item D3.*

**Nota 6** – *O Capitão José Gomes Pinheiro e sua mulher, em 1846, eram*



*possuidores de uma Fazenda de campos de criar, e terras lavradas em Sima da Serra de Botucatu (Fazenda Monte Alegre), que houveram por título de compra, há mais de 38 anos (portanto cerca de 1808), do Sargento-Mor João Pires de Almeida Taques e sua mulher, fazendo parte dela a invernada denominada Capão Bonito (vide item D3).*

**Nota 7** – Quanto à Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Botucatu, não se conhece documento que comprove a sua existência.

**59** - A Câmara Municipal de Botucatu, através do Protocolo nº 418 de 09/09/1975, Regimento 358, prestando homenagem ao Grupo José Gomes Pinheiro, cujo patrono era o Capitão José Gomes Pinheiro, a faz erroneamente chamando de Grupo Escolar José Gomes Pinheiro Machado e considerando erroneamente como seu patrono o Senador José Gomes Pinheiro Machado, do qual é apresentada uma biografia. O Senador era neto do Capitão José Gomes Pinheiro.

**60** - Acheugas para A História de Botucatu, 3ª Edição, Edicon, 1985, Hernâni Donato.

**61** - 1ª Semana Cultural de Botucatu.  
Convívium - Espaço Cultural Francisco Marins.  
Trabalho elaborado pelo Arcebispo Emérito Dom Vicente Marchetti Zioni - ref. 105/91 - 16/11/1991.

**62** – Avaré – Sua Gente, Seus Fatos, Crônicas – José Pires Carvalho, 1994.

**63** - IGC - Instituto Geográfico Cartográfico, Municípios e Distritos do Estado de São Paulo, 1995.

Avaré - pág. 44 e Botucatu - pág. 50.

O IGC, após estudo das:

- 1 – Fontes secundárias: bibliografia e documentação cartográfica.
- 2 – Fontes primárias: legislação reunida em volumes de leis e decretos.
  - 2.1 – Estudo comparativo entre sumário e enunciado de leis e decretos.
  - 2.2 – Toponímia
    - 2.2.1 – Denominações incorporadas pelo uso.
    - 2.2.2 – Incorporação do vocábulo “Vila” à denominação.
    - 2.2.3 – Atualização da grafia.
  - 2.3 – Numeração das leis e municípios de outros estados.
- 3 – Instrumentos complementares de trabalho.
  - 3.1 – Ampliação das fontes
  - 3.2 – Controle das informações.
  - 3.3 – Esclarecendo graficamente casos mais complexos.

Assim, definiu:

“Avaré – Antigo povoado de Nossa Senhora do Rio Novo”.

“Botucatu – Antigo povoado de Nossa Senhora das Dores da Serra de Botucatu”.

Solicitaremos junto ao IGC, IBGE, IHGSP, Mitra e nossos historiadores, um reestudo da matéria, a fim de voltarmos às nossas origens e definir:

Avaré – Antigo povoado de Nossa Senhora das Dores do Rio Novo.

Botucatu – Antigo povoado de Nossa Senhora Sant’Anna de Cima (Nota - ou do Cimo) da Serra de Botucatu.

**64** – Avaré – Sua Gente, Seus Fatos – 2, Crônicas – José Pires Carvalho, 1997.

**65** - Presépio da Serra / José Leandro Franzolin...São Paulo: Editora Arcádia, 1999.

**66** - A História do Capitão José Gomes Pinheiro - Fundador de Botucatu, Gráfica Santana, 2000, Olavo Pinheiro Godoy.

**67** - Árvore Genealógica da Família Pinheiro Machado, Gráfica Santana, Paulo Pinheiro Machado Ciaccia, 2000.

**68** – Botucatu. Imprensa e Ferrovia. Editora Arte & Ciência, São Paulo, 2001, Marco Alexandre de Aguiar.

**69** - A Capella do Ribeirão Cachoeira, Revista da História, João Carlos Figueiroa, 2001.

**69A** - Subsídios para a História de Pardinho, Gráfica e Editora Santana, 2001, Olavo Pinheiro Godoy.

**70** - Botucatu Antigamente..., Editora Ottoni, Itu, 1ª Edição, 2002, Trajano Carlos de Figueiredo Pupo.

**71** - Terras e Índios.

A propriedade da terra no Vale do Paranapanema.

Maria do Carmo Sampaio Di Creddo; São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

No texto, pág. 53, contesta a fundação de Botucatu por Simão Barbosa Franco em 1766, mas na cronologia, pág. 153, afirma-a, e sob invocação de Nossa Senhora das Dores de Cima da Serra (baseada no trabalho de Eunice Almeida Pinto Chaves, já citado).

**72** - Igrejas Católicas e Protestantes, A Gazeta de Botucatu - Edição Especial, 09/04/2004, João Carlos Figueiroa.

**73** - Gente de Dantes, Homens e Coisas de Antigamente, Copy Gráfica, 1ª Edição, 2004, pág. 195 a 200, Luiz Baptistão. Vide item 53.

**74** - Minha Terra, Minha Gente / José Pedretti Neto: - Botucatu: [s.n], 2004.

**75** - História de Avaré. Trabalho realizado pelo Professor José Leandro Franzolin, Setembro/2004 (Vide item 21).

Apresentamos algumas novas revelações na obra do autor:

#### **“AVARÉ: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA**

A História do Avaré já foi contada no Teatro, em belíssima peça de Anita De Maria – AVARÉ EM DOIS TEMPOS - escrita em 1961 para comemorar o Centenário da Emancipação Política do Município. É essa verdade histórica que procuraremos transmitir nesse trabalho.

Num primeiro tempo desfraldarão os horizontes, mostrando a fundação da Vila de Nossa Senhora das Dores do Rio Novo, a partir do povoado que surgiu num pedaço do caminho de Yguatemi, aberto que foi por volta de 1772, para de Sorocaba levar às barrancas do Rio Paraná e assegurar a ida e vinda dos bandeirantes que, dos Campos do Guarapava e da Minas de Cuiabá, extraíam o ouro, sem recolher à coroa o quinto devido.

O que vale na história é a consagração popular. Respeitâmo-la.

E nas informações sobre esse assunto (História do Avaré), no Museu de Avaré há um opúsculo editado pela tipografia CENTRAL – 1939 – contendo as revelações do Capitão Tito Corrêa de Mello, contando que “em 1860 a esposa do Major Victoriano sofreu uma queda do cavalo e por estar grávida, o parto seria difícil. Foi daí que surgiu a promessa do Major para com a Nossa Senhora das Dores, de erguer uma capela em homenagem à Santa se ela protegesse Sinhazinha na hora do parto”. – E, continua – “O parto foi tão feliz, mas a promessa não foi cumprida... e só lembrada no ano seguinte, com nova gravidez de Dona Gertrudes e que também desta vez foi feliz no parto e a Capela foi erguida”. Em torno da Capela foram surgindo casinhas e assim, teria nascido a Vila de Nossa Senhora das Dores do Rio Novo.

A história de Tito Corrêa de Mello foi muito bem posta. Mas há pontos questionáveis: as datas dos acontecimentos e a idade dos participantes.

Num dado momento Tito Corrêa de Mello diz que “a Capela do Rio Novo foi inaugurada com Missa solene celebrada no dia 10 de Julho de 1861 pelo vigário de Botucatu, Padre Joaquim Gonçalves Pacheco”.

Entretanto, participando com preciosa ajuda na reedição da História de Avaré, o Rev.mo. Arcebispo Metropolitano de Botucatu, D. Vicente Marchetti Zioni, pesquisando nos arquivos daquela Cúria Metropolitana, levantou dados interessantes.

Primeiro, foi a certidão de óbito do Major Victoriano de Souza Rocha, falecido aos 28 de Março de 1880 “com Cem anos, viúvo de Gertrudes Cardoso de Oliveira...”

Depois foram os documentos que se seguem:

1796 – Ano do nascimento de Dona Gertrudes Cardoso de Oliveira, esposa do Major Vitoriano de Souza Rocha, doadora do patrimônio da Capela de Nossa Senhora das Dores do Rio Novo: “...embora seu nome não figure na

escritura de doação, consta entretanto, expressamente, no depoimento feito por ela no dia 13 de Janeiro de 1869, quando declarou estar com 73 anos”.

Com base nesse documento, Dona Gertrudes em 1861 – quando ocorreu o primeiro parto, difícil por haver sofrido uma queda de cavalo, estaria com 65 anos. Parece pouco provável que àquela época a fertilidade da mulher se prolongasse até a velhice. Milagre?

D. Vicente Zioni não toca no assunto. Mas não gostou do milagre e, quanto ao cumprimento das promessas fala apenas em “...obtida a graça do Céu...”

### **AVARÉ ANTES DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA**

A História de Avaré, tendo sempre como informante o Capitão Tito Corrêa de Mello, diz que ele próprio – Tito - que era “rábula” e fazendeiro na então “Freguesia de Sant’Anna (Botucatu) foi quem, por volta de 1861, teve a idéia de desbravar o imenso Sertão que ia desde aquela Freguesia até as barrancas do Rio Paraná. Essa versão não tem apoio histórico. Na verdade, o adentramento desse Sertão já vinha sendo feito desde há mais de dois séculos, até mesmo, por ordenação do próprio governo colonial. Eis que...

A história da colonização e povoamento da Capitania de São Paulo parou por longos anos lá no Planalto, onde os jesuítas Anchieta e Nóbrega ergueram o Colégio de São Paulo dos Campos de Piratininga E foi muito lentamente que o povoamento caminhou, avançando nos passos arrojados do “Bandeirante”, que foi fincando vilas pelo interior por onde caminhavam os “paulistas”, procurando minas e apresando índios que davam bons lucros nos mercados escravistas; um deles na Vila de Sorocaba, aqui bem próximo. Por essa época, um pouco antes da euforicamente celebrada descoberta das minas de Cuiabá e da Guarapuava, a Capitania de São Paulo havia sido anexada à do Rio de Janeiro e Rio Grande, somente a partir de 1765 é que ganhou novamente a autonomia, sob o auspicioso governo do Morgado de Mateus, Capitão-General D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, e que vai de 22 de Junho de 1765 a 13 de Junho de 1775.

D. Luiz vinha (de Portugal) encarregado de restabelecer a autonomia da Capitania de São Paulo. A História ( Varnhagen, Pedro Taques, José Monteiro Salazar e outros historiadores) conta do dinamismo desse governador “... homem de ação” que em seu discurso de posse enaltecia os feitos dos paulistas e o quanto a Capitania merecia que se lhes restabelecessem o “antigo esplendor”. Para tal fim, D. Luiz estava encarregado de “acrescentar novas povoações, estender aos confins o seu domínio, fertilizar os campos para a agricultura, estabelecer fabricas nas diferentes terras, idear novos caminhos e penetrar o incógnito Sertão”. E foi dentro desse escopo que, por sua ordem, o Caminho do Iguatemi foi aberto; empreitada levada à efeito pelo Capitão-Mor de Sorocaba, D. José de Almeida Leme. Avaré (a documentação que se segue comprova esta afirmação), surgiu em conseqüência desse caminho. Esta verdade vem contada nos volumes V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII da Coleção “Documentos Interessantes”, publicados em 1896 pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Este importante

documentário existente no Museu Histórico e Pedagógico “Anita De Maria”, de Avaré, narra essa epopéia, reproduzindo um espaço histórico que se tornou conhecido como “Os Caminhos do IGUATEMY”. E é no começo desse caminho que também, começa a História do Avaré.

### **EM BUSCA DO OURO**

O Século XVII começa com a descoberta das decantadas “Minas de Cuiabá”. É o período tristemente celebrizado com a estúpida “Guerra dos Emboabas”, que fixa na história a proeza fantástica dos bandeirantes; paulistas, que as descobriram e as exploravam juntamente com os portugueses, e sob os protestos do Paraguai, que reivindicava para a “América Espanhola” o direito de posse daquele território. Conclusão aceitável plenamente, é que foi para proteger esse sitio da desabusada ganância que o governo pretendeu abrir o caminho que levasse àquela região e de lá trouxesse diretamente para Casa de Fundição de “Ypanema” (Sorocaba) o ouro, que assim, se asseguravam da cobrança do “quinto” devido à Coroa.

Desse assunto trata o “bando” expedido aos 21 de Mayo de 1772 pelo governador D. Luiz Antônio de Souza, dirigido ao Tenente-Coronel João Miz Barros e ao Sargento-Mor D. José de Macedo, de Sorocaba. Nesse documento, pela primeira vez na história a região é oficialmente citada, como mostra o excerto a seguir em sua grafia original:

“Como se tem descuberto a direção do Cam. Para esse continente de Sorocaba te a barra do Rio Pardo cortando o Sertão do Paranapanema; os moradores e fazendeiros dos campos de Botucatu (a grafia anterior era Wutu-Catu) e do Guarey, aprontarão e venderão pelos seus preços competentes ao Capitão-Mor de Sorocaba D. José de Almeida Leme os mantimentos q’ carecer p’ a diligencia em que vay de se abrir o cam. p’ praça de Guatemy cujos mantimentos lhes farão logo conduzir nos seos cavallos para o payol q’ tem na entrada do mesmo Sertão bem como entendido fica q’o q’ faltar a esta ordem se fara responsavel do devido castigo...”

Em torno daquele payol, que por mais de um século foi o marco identificador da “boca do sertão”, algumas casinhas foram se agrupando e roças foram surgindo para garantir alimento àqueles que demandavam além, em busca da fantasiosa fortuna da Guarapuava e do Cuiabá. Ali no payol às margens do Rio Novo (ao qual os caiuás chamavam de Abaré-y) nasceu um primeiro povoado que teria se chamado “Rio Novo”. Hoje, ali a cidade de Itatinga, que assim precede àquela que mais tarde, e seis léguas adiante, se fez Vila do Rio Novo, dando então origem A Cidade do Avaré” (Vide item 21).

**76** - Botucatu: História de Uma cidade, 47 anos da “A Gazeta de Botucatu”, Igral - Gráfica e Editora, 2004, Adolpho Dinucci Venditto.

**77** - "A Gazeta de Botucatu" - 14/04/2005, Suplemento Especial, Registro

Biográfico dos Prefeitos de Botucatu, Olavo Pinheiro Godoy.

**78** - Diário da Serra - de 10/04/2005 à 24/04/2005, Retrospectiva 150 anos, João Carlos Figueiroa.

**79** - Reproduzimos a seguir, as consultas publicadas na Árvore Genealógica da Família Pinheiro Machado, que apresentam importantes obras para o estudo da História de Botucatu.

### **ÁRVORE GENEALÓGICA FAMÍLIA PINHEIRO MACHADO**

#### CONSULTAS

- 1- Contactos com diversos membros da Família Pinheiro Machado.
- 2- Artigos coletados e guardados por Paulo Ciaccia e Profa. Josephina Pinheiro Machado Ciaccia.
- 3- Anotações coletadas por Mauro Pinheiro Machado Nogueira e Profa. Maria Lúcia Vilas Boas Novelli.
- 4- Informações Genealógicas dos Pinheiro Machado do Rio Grande do Sul, coletadas por Gilda Pinheiro Machado Vieira e Hemetério Vieira, membros da Diretoria do Museu Municipal "Senador Pinheiro Machado" em São Luiz Gonzaga - RS e Profa. Dóra Pinheiro Machado Prates, de Alegrete - RS.
- 5- Artigos publicados nos jornais Folha de Botucatu, Botucatu Jornal e Correio de Botucatu.
- 6- Cúrias Diocesanas e Arquidiocesanas - Botucatu, Jundiá, Sorocaba, Itapetininga, São Paulo, Santos, Rio de Janeiro, Cruz Alta (RS), São Luiz Gonzaga (RS).
- 7- Instituto Genealógico Brasileiro.
- 8- Instituto Genealógico do Rio Grande do Sul.
- 9- Arquivo do Estado e Arquivo Municipal de São Paulo.
- 10 - Academia Botucatuense de Letras, acrescentando dados e incentivando-me a continuar a pesquisa, após apresentação do Esboço da Árvore Genealógica a seus Acadêmicos, no Convívium (Espaço Cultural Francisco Marins).
- 11- Ministério do Exército - Diretoria de Assuntos Culturais.
- 12- Consultas à Cemitérios, Igrejas, Cartórios (em especial o 1º Tabelionato de José Carlos Antunes) onde consta no livro no. 1 de 1849 a Escritura de Doação de Terras para o Patrimônio de Sant'Anna que fez o Capitão José Gomes Pinheiro, fundador de Botucatu.
- 13- Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro - Revista LV de 1892.
- 14- Leme, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia Paulistana, 9 volumes, 1903, 1904,1905.
- 15- Jaguaribe, Deputado Dr. João Nogueira. Apontamentos.
- 16- Egas, Eugenio. Os Municípios Paulistas. Publicação Oficial. Secção de Obras D'O Estado de São Paulo, 1925.
- 17- Revista a Cruzada, Botucatu, 28/09/1928.

- 18- Almeida, Aluisio de. Notas Genealógicas sobre os Pinheiro Machado. Revista do Instituto de Estudos Genealógicos, Porto Alegre, 24/02/1939.
- 19- Pinheiro, Victor de Azevedo. Os Pinheiros mais antigos de São Paulo (Estudo Genealógico). Revista Genealógica Brasileira, Ano III, 1º semestre de 1942, no. 5, p.61 - 68.
- 20- Pinto, Eunice Almeida. A Cidade de Botucatu - Origens, 1943. X Congresso Brasileiro de Geografia, Belém, do Pará. Botucatu, Tip. Pinto, Fonseca & Cia Ltda, 1943, 18p.
- 21- Almeida, Cônego Luiz Castanho de. Historiador, Biógrafo, Ensaista, Autor de diversas obras. Preciosa colaboração através de correspondências e visitas pessoais, efetuadas pelo Dr. Salvador Pinheiro Machado, de Alegrete - RS. Almeida, Cônego Luiz Castanho de. Notas para a História de Botucatu. O Estado de São Paulo, 11/11/1951.
- 22- Repertório das Sesmarias, concedidas pelos Capitães Gerais da Capitania de São Paulo, no período de 1721 a 1821. Arquivo do Estado, v. VI, Tip. do Globo.
- 23- Moraes, Dra. Ruth Corrêa de Almeida. Continuou as pesquisas de seu pai, Dr. Esaú Moraes (Juiz de Direito), referente a Família Pinheiro Machado.
- 24- Leme, Pedro Taques de Almeida Paes. Nobiliarchia Paulistana. Histórica e Genealógica, 3v., 1953.
- 25- Machado, Desembargador Paulo Gomes Pinheiro. Pesquisa efetuada.
- 26- Moya, Coronel Salvador de. Anuário Genealógico Latino. Edição da Revista Genealógica Latina, v. 6º p.90, 1954.
- 27- Moya, Coronel Salvador de. Presidente do Instituto Genealógico Brasileiro. Volumoso Índice.
- 28- Machado, Dr. Salvador Pinheiro. Pesquisa e trabalho efetuado em Botucatu, Itapetininga, Sorocaba, São Paulo, Rio de Janeiro e cidades do Rio Grande do Sul.
- 29- Torres, Sebastião de Figueiredo. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Publicação IBGE, XXVIII v., Rio de Janeiro, 1957.
- 30- Os Machado. Revista Manchete, 12/8/1961.
- 31- Cabral, Cid Pinheiro. O Senador de Ferro. Organização Sulina de Representações Ltda, Porto Alegre, RS, 1969.
- 32- Pinto, Sebastião de Almeida. Artigos no tema "Tempo de Dante, Gente de Hoje". Correio de Botucatu, 1971.
- 33- Silva, Ciro. Pinheiro Machado. Coleção Temas Brasileiros. Editora Universidade de Brasília, v.23, 1982.
- 34- De Você Para Seus Ancestrais. Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, 1983.
- 35- Donato, Hernâni. Achegas para a História de Botucatu. Editora Edicon, 3ª edição, São Paulo, 1985.
- 36- Marins, Francisco. Clarão na Serra. Editora Ática, 10ª edição, São Paulo, 1985.
- 37- Alvim, Newton. Pinheiro Machado. Tchê Comunicações Ltda, Porto Alegre, RS, 1985.
- 38- Jordão, Sônia Brisolla. O Poncho Gaúcho. Pinheiro Machado. Um Líder Nacional na República Velha. Dissertação de Mestrado em Ciência Política,

apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1985.

39- César, Paulo Egydio de Cerqueira. As Raízes dos Cerqueira César. Apontamentos Genealógicos. Marília, SP, 1986.

40- Reunion. The family tree software for windows. Leister Productions, Inc., 1988.

41- Reis, Valter dos. Trilhando o Peabiru. Gráfica Municipal, Prefeitura Municipal de Botucatu, 1990.

42- Delmanto, Armando Moraes. Memórias de Botucatu. Edição da Vanguarda de Botucatu, 1ª edição, 1990.

43- Zioni, Dom Vicente Marchetti - Arcebispo Emérito de Botucatu. Trabalho apresentado na 1ª Semana Cultural de Botucatu. Convivium Espaço Cultural "Francisco Marins", referência 105/91, Botucatu, 16/11/1991.

44- Neto, Augusto de Lima. Anésia. Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica, Rio de Janeiro, 1992.

45- Delmanto, Armando Moraes. Memórias de Botucatu, 2ª Edição da Vanguarda de Botucatu, 1ª edição, 1993.

46- Figueiroa, João Carlos. Ybytucatu. Frase Editora, São Paulo, 1993.

47- Um Século da Vila dos Lavradores 1893 - 1993. Jornal A Cidade, Botucatu, 15/09/1993.

48- Revista da Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, v.88, 1993.

49- Pinto, Sebastião Almeida. No Velho Botucatu. Editora Paulicéia, 2ª edição. São Paulo, 1994.

50- Spadaro, Joel. Gomes, Luiz Roberto Coelho. Vila dos Lavradores 1893 - 1994. Gráfica Tipomic, Botucatu, 1994.

51- Delmanto, Armando Moraes. Memórias de Botucatu. Edição da Vanguarda de Botucatu, 2ª edição, 1995.

52- Medeiros, Maria Genoveva. Nosso Bairro Nossa Vila 1893 - 1993. Gráfica Copygraf, Botucatu, 1995.

53- Camargo, Francisco Marcelo. Nas Trilhas do Peabiru. Gráfica São José, 1ª edição, Botucatu, 1996.

54- Freire, Paulo de Oliveira. Eu Nasci Naquela Serra. Editora Paulicéia, São Paulo, 1996.

55- Family Gathering User's Guide. Bring Your Family Tree to Life. Publicação Palladium Interactive, 1996.

56- Neto, Augusto de Lima. Alves, Dário Moreira de Castro. Anésia. Universitária Editora, Lisboa, Portugal, 1996.

57- Dias, Marcelino. Botucatu Turístico. Guia de Lazer e Turismo. 60 Minutos, Comunicação & Desing, Botucatu, 1997.

58- Tenor, Gilberto Fernando. Amaral, Ângelo Albertini do. Pesquisas efetuadas sobre o Capitão Tito Correa de Mello.

59- Pupo, Trajano Carlos de Figueiredo. Botucatu, Antigamente ... Vol I, Botucatu, 1997. Inédito.

60- Delmanto, Armando Moraes. Revista Peabiru. Revista Botucatuense de Cultura.

61- Monteiro, Hiram Ayres. Venâncio Ayres. O Cavaleiro do ideal. Vida, Obras e Amores.. Editora Gril, Taquarituba, SP, 1997.



- 62- Spadaro, Joel. Memórias e Escritos. Oficina de Artes Gráficas Editora Ltda, Botucatu, 1998.
- 63- Bernardo, Moacir. Ana Rosa. Sua Vida, Sua História. Santana Gráfica Editora, Botucatu, 1998.
- 64- Gomes, Luiz Roberto Coelho. Pessoa, Carlos Alberto. Associação Atlética Botucatuense. 80 anos de Glória. Santana Gráfica Editora, Botucatu, 1ª edição, 1998.
- 65- Figueiroa, João Carlos. Formação Histórica de Botucatu. Suplemento especial, Diário da Serra, 14/04/1998.
- 66- Figueiroa, João Carlos. Artigo do Cemitério de Botucatu. Diário da Serra/1998.
- 67- Godoy, Olavo Pinheiro. Contos da Cidade Serrana. Santana Gráfica e Editora. Botucatu, SP, 1998.
- 68- Figueiroa, João Carlos. Aos 80 anos, a última entrevista do Capitão Tito. Diário da Serra, Botucatu, 03/07/99.
- 69- Godoy, Olavo Pinheiro. Dicionário dos Escritores Botucatuenses. Gráfica e Editora Tipomic, Botucatu, 1999.
- 70- Nogueira, Almeida. Tradições e Reminiscências. Academia de São Paulo.
- 71- Martins, Érika Svicero. Fazenda Lageado. Rastros de Uma História do Café. Editora Fernando Bilah, Botucatu, 1999.
- 72- Figueiroa, João Carlos. Delmanto, Armando Moraes. Godoy, Olavo Pinheiro. Artigos na Revista Boca de Cena, Gráfica Editora Tipomic, Botucatu, Ano I, no. 4, Novembro/99.
- 73- Godoy, Olavo Pinheiro. Artigos - Conheça Botucatu. Jornal de Botucatu, 1999/2000.
- 74- Godoy, Olavo Pinheiro. A História do Capitão José Gomes Pinheiro, Fundador de Botucatu. Gráfica e Editora Santana, Botucatu, abril/2000.